

# **RESULTADO DO TESOURO NACIONAL**

**MINISTRO DA FAZENDA**

Pedro Sampaio Malan

**SECRETÁRIO-EXECUTIVO**

Amaury Guilherme Bier

**SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL**

Fabio de Oliveira Barbosa

**SECRETÁRIOS-ADJUNTOS**

Almério Cançado de Amorim

Eduardo Refinetti Guardia

Renato Villela

Rubens Sardenberg

**COORDENAÇÃO-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS**

Ana Teresa Holanda de Albuquerque

**EQUIPE**

Alex Pereira Benício

Cleber Ubiratan de Oliveira

Daniel Silva Balaban

José Cordeiro Neto

Lindemberg de Lima Bezerra

**O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL** é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

**Distribuição:**

(061) 412-3970/3971

**Informações:**

Tel: (061) 412-2203

Fax: (061) 412-1700

**Correio Eletrônico:** [stn@fazenda.gov.br](mailto:stn@fazenda.gov.br)

**Home Page:** <http://www.stn.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda  
Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar  
70.048-902 - Brasília-DF

*Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.*

**ISSN**

**Referência bibliográfica**

**BRASIL.** Secretaria do Tesouro Nacional. **Resultado do Tesouro Nacional**, Brasília, vol. 6 – nº 5, maio de 2000. Mensal. Gratuita.

Resultado do Tesouro Nacional. 1/Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Brasília: STN, maio, 2000, vol. 6, nº 5.

Título varia: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional  
ISSN

1.Execução financeira 2. Operação de crédito 3. Financiamento 4. Dívida mobiliária interna  
I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional II. Título

**RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL**

O Governo Central atingiu superávit primário de R\$ 2,7 bilhões no mês de maio. Desse montante, o Tesouro Nacional contribuiu com resultado positivo de R\$ 3,4 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficits de R\$ 650,1 milhões e R\$ 68,4 milhões, respectivamente. No ano, o Governo Central acumula superávit primário de R\$ 13,4 bilhões, contra R\$ 8,7 bilhões obtidos em igual período de 1999.

*Em maio, o superávit primário do Governo Central foi de R\$ 2,7 bilhões.*

**TABELA 1  
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL  
BRASIL, 1999-2000**

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	Abr 2000	Mai 2000	Jan-Mai 1999	Jan-Mai 2000
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>19.020,6</b>	<b>19.055,0</b>	<b>81.946,6</b>	<b>93.896,7</b>
<b>I.1. Receitas do Tesouro</b>	<b>14.873,6</b>	<b>14.709,7</b>	<b>63.666,9</b>	<b>73.049,6</b>
I.1.1 Receita Bruta	15.095,9	14.961,6	64.713,0	74.716,7
I.1.2. (-) Restituições	(135,7)	(179,0)	(640,8)	(1.202,2)
I.1.5. (-) Incentivos Fiscais	(86,7)	(72,9)	(405,3)	(464,9)
<b>I.2. Receitas da Previdência Social</b>	<b>4.147,0</b>	<b>4.345,4</b>	<b>18.279,7</b>	<b>20.847,1</b>
<b>II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>3.455,6</b>	<b>3.381,8</b>	<b>15.295,7</b>	<b>16.763,8</b>
<b>III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)</b>	<b>15.565,0</b>	<b>15.673,3</b>	<b>66.650,9</b>	<b>77.132,9</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>11.699,8</b>	<b>12.903,9</b>	<b>57.632,1</b>	<b>63.438,7</b>
<b>IV.1. Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>4.056,2</b>	<b>4.191,3</b>	<b>18.922,9</b>	<b>22.128,2</b>
<b>IV.2. Benefícios Previdenciários</b>	<b>4.810,7</b>	<b>4.995,4</b>	<b>21.637,2</b>	<b>23.919,0</b>
<b>IV.3. Custeio e Capital</b>	<b>2.832,9</b>	<b>3.717,3</b>	<b>17.072,0</b>	<b>17.391,4</b>
IV.3.1. Despesas do FAT	214,7	653,7	2.227,8	2.293,6
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	206,0	141,5	877,8	735,8
IV.3.3. Outras Despesas	2.412,2	2.922,0	13.966,4	14.362,0
<b>V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)</b>	<b>3.865,2</b>	<b>2.769,3</b>	<b>9.018,8</b>	<b>13.694,2</b>
V.1. Tesouro Nacional	4.528,9	3.419,4	12.376,3	16.766,2
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	(663,7)	(650,1)	(3.357,4)	(3.071,9)
<b>VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)</b>	<b>(40,9)</b>	<b>(68,4)</b>	<b>(280,4)</b>	<b>(263,6)</b>
<b>VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)</b>	<b>3.824,2</b>	<b>2.700,9</b>	<b>8.738,4</b>	<b>13.430,6</b>
<b>VIII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB</b>			<b>2,20%</b>	<b>2,85%</b>

(\*) Dados revisados, sujeitos a alteração.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias

PRINCIPAIS VARIAÇÕES Acumulado: Mai2000/Mai1999	
<b>Receitas</b>	<b>14,6%</b>
Tesouro	14,7%
Previdência	14,0%
<b>Transferências</b>	<b>9,6%</b>
<b>Receita Líquida</b>	<b>15,7%</b>
<b>Despesas</b>	<b>10,1%</b>
Benefícios	10,5%
Pessoal	16,9%
Custeio e Capital	1,9%

Como proporção do PIB estimado até o período, o resultado acumulado do Governo Central aumentou 0,6 ponto percentual em relação ao desempenho dos primeiros cinco meses de 1999. Essa melhora está associada principalmente à redução de 1,1 ponto percentual na despesa, em particular no item custeio e capital, devido ao esforço de contenção de gastos pelo Tesouro. O Governo Central também apresentou redução de 0,5 ponto percentual na receita líquida de janeiro a maio, em relação a igual período de 1999. Tal fato decorreu do recolhimento de receitas extraordinárias ocorridas naquele ano, principalmente com impostos e concessão de serviços de telefonia (sistema Telebras), sem correspondência em 2000.

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL Acumulado Jan-Mai (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Receita Total	20,7%	19,9%
Transferências	3,9%	3,6%
<b>Receita Líquida</b>	<b>16,8%</b>	<b>16,3%</b>
Despesa Total	14,5%	13,4%
<b>Resultado Primário</b>	<b>2,2%</b>	<b>2,8%</b>

**RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL  
Acumulado Jan-Mai (% PIB)**

DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Tesouro Nacional	3,1%	3,6%
Previdência Social	-0,8%	-0,7%
Banco Central	-0,1%	-0,1%
<b>Governo Central</b>	<b>2,2%</b>	<b>2,8%</b>

O déficit da Previdência Social acumulado no ano reduziu-se 8,5%, equivalente a 0,1 ponto percentual do PIB, quando comparado a igual período do ano passado. A melhora nas contas da Previdência deve-se principalmente ao incremento de R\$ 2,6 bilhões nas receitas, tendo contribuído para isso o recolhimento de depósitos judiciais, a receita proveniente da retenção de 11,0% do valor bruto da fatura das empresas prestadoras de serviços (sub-rogação), além da melhora significativa na receita corrente. Nesse último caso, em maio, mês em que o ingresso de receitas extraordinárias não foi determinante, destaca-se que a Previdência Social bateu recorde de arrecadação.

## Tesouro Nacional

*O superávit primário do Tesouro Nacional acumulado até maio foi de R\$ 16,8 bilhões, equivalente a 3,6% do PIB.*

De janeiro a maio, o resultado primário do Tesouro Nacional foi de R\$ 16,8 bilhões, contra R\$ 12,4 bilhões obtidos em igual período de 1999. Em relação ao PIB, houve melhora de 0,5 ponto percentual, tendo passado de 3,1% naquele ano, para 3,6% em 2000. Em termos desagregados, as receitas do Tesouro foram 0,6 ponto percentual menores, devido à ocorrência de recolhimentos extraordinários em 1999, sem correspondência este ano. As transferências a estados e municípios caíram o equivalente a 0,3 ponto percentual, acompanhando o comportamento das receitas vinculadas. E, por sua vez, as despesas do Tesouro caíram 0,7 ponto percentual, com destaque para a redução daquelas com custeio e capital, reflexo do esforço de contenção dos gastos pelo Tesouro Nacional, e em vista do comportamento das receitas.

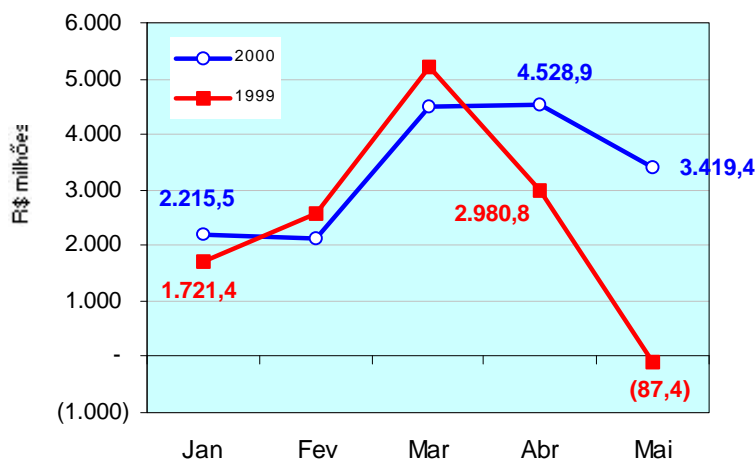
**RESULTADO DO TESOURO NACIONAL  
Acumulado Jan-Mai (% PIB)**

DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Receitas do Tesouro (*)	16,1%	15,5%
Transferências	3,9%	3,6%
Despesas do Tesouro	9,1%	8,4%
<b>Resultado Primário</b>	<b>3,1%</b>	<b>3,6%</b>

(\*) Líquidas de restituições e incentivos fiscais

### Superávit do Tesouro Nacional

Brasil, 1999/2000



As transferências a estados e municípios mantiveram-se em 3,6% do PIB, apresentando redução de 0,3 ponto percentual em relação às verificadas nos cinco primeiros meses de 1999. Os fatores que condicionaram tal comportamento foram: i) menor recolhimento, em proporção do PIB, das receitas tributárias compartilhadas constitucionalmente - IR e IPI; ii) redução de ingressos extraordinários, sobretudo de IRPJ, IRRF-Rendimentos de Capital e IRRF-Remessas ao Exterior; e iii) menor repasse associado à desoneração do ICMS sobre bens destinados à exportação (Lei Complementar nº 87/96).

Em particular, a redução por conta da desoneração do ICMS foi de R\$ 351,0 milhões nos cinco primeiros meses do ano, equivalente a 0,1 ponto percentual do PIB. Vale lembrar que em 1999 foram efetuadas transferências extraordinárias, em função da alteração na metodologia de cálculo dos valores de entrega, constante do anexo da referida Lei Complementar, e dos repasses autorizados pela Portaria Interministerial nº 340/98. Assim, enquanto a média dos repasses até maio de 1999 superava os R\$ 340,0 milhões, este ano tem se mantido em R\$ 270,0 milhões.

As demais transferências atingiram R\$ 1,8 bilhão, contra R\$ 966,3 milhões em 1999. Como proporção do PIB, houve acréscimo de 0,2 ponto percentual nesse grupo, a maior parte devido ao recolhimento de R\$ 618,7 milhões em *royalties*, pela Petrobras (Lei nº 9.478/97), sem paralelo em igual período de 1999, como observado na tabela ao lado. O aumento de R\$ 118,3 milhões na contribuição ao salário-educação decorre, principalmente, do recolhimento dos recursos referentes ao décimo-terceiro salário de 1999, ocorrido apenas em janeiro de 2000, ao contrário dos anos anteriores, quando foi efetuado no mês de dezembro.

Em maio, a receita bruta do Tesouro Nacional atingiu R\$ 15,0 bilhões, apresentando redução de R\$ 134,3 milhões em relação ao mês anterior, devido ao pagamento da cota única e primeira cota do IRPF e do IRPJ e CSLL das empresas optantes pelo regime de apuração trimestral.

Por outro lado, a menor arrecadação de maio foi atenuada pela ocorrência de cinco semanas de fatos geradores no mês, contra quatro em abril, com reflexo positivo nos recolhimentos dos impostos apurados semanalmente: IRRF (15,1%), IOF (21,3%) e CPMF (26,6%).

Deve-se destacar também que, em maio, as receitas decorrentes do parcelamento de débitos previstos no Programa de Recuperação Fiscal (Refis) atingiram R\$ 101,5 milhões, 45,7% da arrecadação do período de janeiro a

## Transferências a estados e municípios

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS Acumulado Jan-Mai (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Constitucionais	3,2%	2,9%
Desoneração do ICMS	0,4%	0,3%
Demais	0,2%	0,4%
<b>Total</b>	<b>3,9%</b>	<b>3,6%</b>

DEMAIS TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS Acumulado Jan-Mai		
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Salário-Educação	611,2	729,5
Royalties Lei 9478	-	618,7
Fundef	216,4	218,8
Outras	138,7	260,4
<b>Total</b>	<b>966,3</b>	<b>1.827,4</b>

## Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

**Boxe 1 – Programa de Recuperação Fiscal (Refis)**

O Refis, instituído pela Lei nº 9.964/2000 e regulamentado pelo Decreto nº 3.431/2000, destina-se à regularização de débitos previdenciários e fiscais da pessoa jurídica junto à SRF, PGFN e INSS. Os débitos consolidados com vencimento até 29/02/2000, inclusive os inscritos na dívida ativa, poderão ser pagos em parcelas mensais, de acordo com a receita bruta do mês anterior, com a forma de tributação adotada para o IR pago e com a natureza das atividades da empresa. Alternativamente ao Refis, a empresa poderá optar pelo pagamento em até 60 parcelas mensais, respeitado o limite mínimo definido para os optantes do Simples, lucro presumido e demais regimes de tributação.

maio (R\$ 222,1 milhões). Tal arrecadação refere-se ao pagamento das parcelas previstas dos termos de opções, tanto relativas ao parcelamento vinculado quanto ao parcelamento alternativo. O número de optantes totalizou 80,8 mil até 28/04/00, data para formalização da opção prevista no artigo 4º do Decreto nº 3.431/2000 (vide boxe 1).

As demais receitas do Tesouro Nacional cresceram 15,2% (R\$ 275,4 milhões) em relação a abril, com destaque para:

- concessão de serviços de telecomunicações (Banda B): R\$ 873,1 milhões em maio, referentes à terceira parcela dos leilões da área 2 e 3 realizados em 1998, contra R\$ 379,8 milhões em abril; e
- dividendos: R\$ 453,5 milhões em maio, basicamente em decorrência do recolhimento efetuado pela Petrobras (R\$ 446,6 milhões), contra R\$ 125,8 milhões em abril<sup>1</sup>.

Por outro lado, destaca-se a redução nas seguintes receitas:

- *royalties* da Petrobras, referentes à cota-parte das compensações financeiras previstas na Lei nº 9.478/97: decréscimo de R\$ 173,9 milhões; e
- taxa de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel): decréscimo de R\$ 255,1 milhões. Em abril, tal receita foi particularmente elevada em função de os pagamentos efetuados pelas permissionárias e concessionárias de serviços de telecomunicações serem concentrados naquele mês.

Até maio de 2000, a receita bruta do Tesouro Nacional atingiu R\$ 74,7 bilhões, apresentando incremento de 15,4% em relação à receita de idêntico período de 1999. Como proporção do PIB, no entanto, verificou-se decréscimo de 0,5 ponto percentual, em decorrência do maior ingresso de receitas extraordinárias em 1999, especialmente a partir de fevereiro daquele ano. Particularmente nos impostos, a redução foi de 1,3 ponto percentual do PIB.

Por outro lado, este ano foram recolhidos R\$ 1,9 bilhão de depósitos judiciais até o período, contra R\$ 722,7 milhões no ano passado. Vale destacar, esse recolhimento foi fortemente influenciado pelo depósito, em março, de R\$ 914,0 milhões relativos ao IRPJ e de R\$ 440,0 milhões relativos à CSLL.

<sup>1</sup> Com a edição do Decreto nº 3.381/2000, as empresas públicas e sociedades de economia mista passaram a recolher diretamente na conta única do Tesouro Nacional os valores referentes a dividendos. Operacionalmente, tal sistemática passou a vigorar a partir de abril. Registre-se, no entanto, que as demais empresas (participações minoritárias) não estão obrigadas a tal procedimento, podendo continuar a efetuar seus recolhimentos por meio de DARF.

As contribuições sociais apresentaram crescimento equivalente a 1,5 ponto percentual do PIB, devido aos seguintes fatores: i) reintrodução da cobrança da CPMF com alíquota de 0,38% a partir de 17/06/99, produzindo receita de R\$ 6,3 bilhões em 2000, contra R\$ 701,0 milhões da arrecadação remanescente de janeiro de 1999, à alíquota de 0,20%; e ii) elevação da alíquota da Cofins de 2,0% para 3,0%, com obrigatoriedade do pagamento pelas instituições financeiras, totalizando R\$ 5,7 bilhões até maio de 2000, contra R\$ 2,8 bilhões em idêntico período de 1999.

As demais receitas do Tesouro Nacional registraram redução de 0,7 ponto percentual do PIB em relação aos cinco primeiros meses de 1999. Esse comportamento pode ser explicado em grande parte pelos seguintes fatores: i) ausência de superávits da conta petróleo em 2000, ao passo que em 1999 a arrecadação totalizou R\$ 1,4 bilhão até maio; e ii) arrecadação de R\$ 2,3 bilhões a título de antecipação do pagamento da segunda parcela de concessão do sistema Telebras, em março de 1999, sem correspondência este ano.

Além dessas rubricas, destaca-se também o aumento de R\$ 92,6 milhões na arrecadação de dividendos do período, devido, basicamente, ao pagamento de R\$ 446,6 milhões pela Petrobras em maio. As outras receitas cresceram R\$ 1,8 bilhão no período, sendo R\$ 855,8 milhões relativos a *royalties* da Petrobras e R\$ 139,4 milhões de *royalties* de Itaipu, ambas sem correspondência no período de janeiro a maio de 1999. As receitas de taxas diversas e aquelas parafiscais, vinculadas a órgãos da administração direta e indireta, registraram aumento de R\$ 473,1 milhões no período, em especial a taxa Fistel (R\$ 110,6 milhões) e a tarifa de uso, comunicação e auxílio à navegação aérea (R\$ 88,2 milhões).

As despesas do Tesouro Nacional aumentaram cerca de R\$ 1,2 bilhão em relação ao mês de abril, sendo R\$ 446,0 milhões despesas do FAT com abono e seguro-desemprego, e R\$ 510,0 milhões outras despesas de custeio e capital. As maiores liberações do FAT no mês de maio, na sua maior parte, foram transferências para pagamento do seguro desemprego de meses anteriores efetuados pelas instituições financeiras. Por sua vez, as despesas de custeio e capital mantiveram-se no patamar das efetuadas nos três primeiros meses do ano e compensaram em parte as menores liberações no mês de abril.

Os gastos com subsídios e subvenções econômicas do Tesouro Nacional reduziram-se em R\$ 64,5 milhões, em decorrência das menores despesas dos Fundos Regionais (FCO, FNE e FNO). No mês de abril, essas despesas foram da ordem de R\$ 114,6 milhões, contra R\$ 23,3 milhões em maio. Os subsídios

RECEITAS DO TESOURO NACIONAL Acumulado Jan-Mai (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
<b>Impostos</b>	<b>8,7%</b>	<b>7,4%</b>
Imposto de Renda	5,7%	5,0%
IPI	1,6%	1,5%
Outros	1,4%	0,9%
<b>Contribuições Sociais</b>	<b>5,4%</b>	<b>6,9%</b>
Cofins	2,6%	3,2%
CPMF	0,2%	1,3%
CSLL	0,9%	0,9%
Outras	1,8%	1,5%
<b>Demais</b>	<b>2,2%</b>	<b>1,5%</b>
Conta Petróleo	0,3%	0,0%
Dividendos da União	0,2%	0,2%
Concessões	0,9%	0,3%
Outras	0,8%	1,0%
<b>Total Bruto</b>	<b>16,3%</b>	<b>15,8%</b>

DEMAIS RECEITAS DO TESOURO Acumulado Jan-Mai		
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
<b>Demais</b>	<b>8.804,9</b>	<b>7.134,6</b>
Conta Petróleo	1.381,2	-
Dividendos da União	693,9	786,5
Concessões	3.721,0	1.525,2
Outras	3.008,9	4.822,9

### **Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior**

*As despesas de custeio e capital mantiveram-se no mesmo patamar das efetuadas nos três primeiros meses do ano.*



do Programa das Operações Oficiais de Crédito (POOC) totalizaram R\$ 118,4 milhões em maio, sendo R\$ 50,1 milhões destinados às exportações e R\$ 68,3 milhões à agricultura.

### **Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior**

No período de janeiro a maio de 2000, as despesas do Tesouro Nacional atingiram 8,4% do PIB, 0,7 ponto percentual inferior às verificadas em igual período de 1999. Os gastos com pessoal e encargos sociais diminuiram 0,1 ponto percentual do PIB e a rubrica custeio e capital apresentou uma redução de 0,6 ponto percentual do PIB.

DESPEAS DO TESOURO NACIONAL Acumulado Jan-Mai (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
<b>Pessoal e Encargos</b>	4,8%	4,7%
<b>Custeio e Capital</b>	4,3%	3,7%
Despesas do FAT	0,6%	0,5%
Subsídios e Subvenções	0,2%	0,2%
Outras	3,5%	3,0%

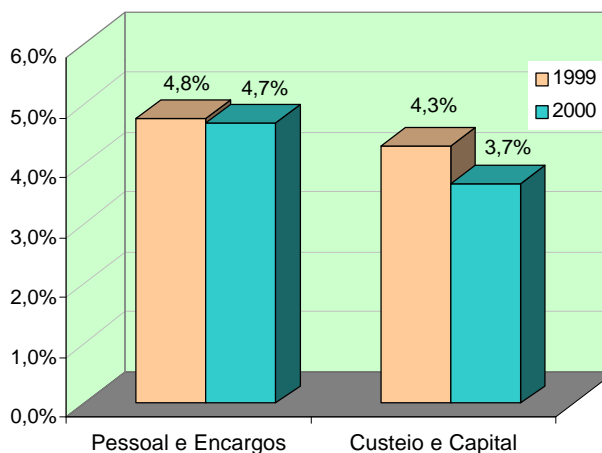
#### **Boxe 2 – Limite de Despesas para 2000.**

Com vistas ao atingimento das metas fiscais estabelecidas para este ano, o Decreto nº 3.473, de 18/05/2000, que dispõe sobre a Programação Orçamentária e Financeira do Poder Executivo para o exercício de 2000, limitou em R\$ 34,4 bilhões o pagamento de outras despesas correntes, investimentos, inclusive restos a pagar de exercícios anteriores.

*De janeiro a maio de 2000, as despesas de custeio e capital reduziram-se em 0,6 ponto percentual do PIB.*

A folha com pessoal e encargos sociais atingiu o equivalente a 4,7% do PIB até o período, contra 4,8% em 1999. No entanto, em termos nominais, a folha de pagamento aumentou 16,9%, correspondendo a um acréscimo de R\$ 3,2 bilhões em relação a 1999, devido aos seguintes fatores: i) realinhamento salarial de algumas carreiras de servidores do executivo federal (fiscalização, ciência e tecnologia e magistério, dentre outras), militares e servidores do Poder Judiciário, ocorridas ao longo de 1999; ii) alterações referentes às datas de pagamento dos servidores do Poder Executivo (MP nº 1.955-67/2000); iii) concessão, a partir de janeiro de 2000, de auxílio moradia aos magistrados e juizes (extensiva aos procuradores do Ministério Público da União); e iv) pagamento, também em janeiro deste ano, da segunda parcela do percentual de 28,86% devido aos servidores do Poder Executivo, em decorrência de decisão judicial, conforme previsto no artigo 6º da Medida Provisória nº 1.962-25/2000.

**Despesas do Tesouro Nacional**  
(acumulado até maio, em % do PIB)





Como proporção do PIB, as despesas de custeio e capital até maio de 2000 caíram, de 4,3%, para 3,7% em igual período de 1999. A maior queda correspondeu às despesas com outros custeios e capital, de 0,5 ponto percentual do PIB, não obstante no período em exame diversos órgãos terem liquidado restos a pagar referentes ao exercício de 1999.

Por fim, os gastos do Tesouro com subsídios e subvenções econômicas à agricultura e às exportações mantiveram-se estáveis, comparativamente a 1999, atingindo 0,2 ponto percentual do PIB. Em valores nominais, no entanto, houve redução correspondente a R\$ 128,6 milhões devido às mudanças implementadas nas regras relativas à emissão de títulos públicos para custeio do Programa de Financiamento às Exportações (Proex), conforme determinado na MP nº 1.974/2000.

Em maio, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) apresentou déficit de R\$ 650,1 milhões, 2,0% abaixo do déficit de abril, apesar do aumento das despesas com benefícios.

A receita no mês atingiu R\$ 4,3 bilhões, a maior arrecadação líquida da história da Previdência, excetuando os meses de dezembro. Vale destacar, nesse caso, que a melhoria ocorreu preponderantemente no grupo de receitas correntes, e resulta de medidas adotadas na área da arrecadação (Lei nº 9.876/99), entre as quais destacam-se a eliminação gradativa da escala de salário-base dos contribuintes individuais, a homogeneização da alíquota de contribuição da empresa para contribuinte individual e empregado, e a modificação da sistemática de contribuição de empresas contratantes de serviços por meio das cooperativas de trabalho.

A despesa com benefícios previdenciários totalizou R\$ 5,0 bilhões em maio, maior do que a despesa do mês anterior em 3,8% devido principalmente ao reajuste do salário mínimo. Com o reajuste, o valor médio dos benefícios passou para R\$ 263,7 no mês de competência abril, contra R\$ 253,4 de março, conforme observa-se na tabela ao lado<sup>2</sup>.

Em termos acumulados, o RGPS registrou déficit de R\$ 3,1 bilhões, equivalente a 0,7% do PIB, inferior ao obtido em igual período de 1999, quando o resultado foi deficitário em R\$ 3,4 bilhões, ou 0,8% do PIB. A arrecadação líquida atingiu R\$ 20,8 bilhões, 14,0% maior, em termos nominais, do que a verificada no mesmo período do ano anterior. Nesse caso, aos fatores que contribuíram para aumento da arrecadação de maio, somam-se R\$ 181,7 milhões da opção das empresas pelo Simples e R\$ 475,3 milhões de receitas

OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO		
Acumulado Jan-Mai		
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
<b>Agricultura</b>	<b>194,2</b>	<b>197,9</b>
Custeio Agropecuário	89,1	58,3
Investimento Rural	1,3	6,4
Preços Agrícolas	(13,3)	2,7
- EGF	5,5	1,6
- AGF	(35,5)	0,2
- Sustentação de preços	16,7	1,0
Pronaf	117,0	130,5
Securitização (Lei 9138)	-	-
<b>Exportação</b>	<b>398,6</b>	<b>266,3</b>
Proex	398,6	266,3
<b>Total</b>	<b>592,8</b>	<b>464,2</b>

## Previdência Social

*O déficit da Previdência Social (RGPS) em maio foi menor do que o de abril, apesar do impacto do reajuste do salário mínimo sobre os benefícios.*

Benefícios	2000		
	Mar	Abr	%
Quantidade*	19,0	19,1	0,6%
Valor Médio**	253,4	263,7	4,1%

(\*) Em Milhões

(\*\*) Em R\$ 1,00, exclusive 13º salário.

<sup>2</sup> - Vale lembrar que o valor médio e a quantidade de benefícios referente a determinado mês impactam no caixa da Previdência apenas no mês seguinte, quando ocorre o efetivo pagamento à rede bancária.

**RESULTADO DA PREVIDÊNCIA  
Acumulado Jan-Mai (% PIB)**

DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Contribuição	4,6%	4,4%
Benefícios	5,5%	5,1%
<b>Resultado Primário</b>	<b>-0,8%</b>	<b>-0,7%</b>

extraordinárias, por conta dos depósitos judiciais e administrativos. Apesar disso, em relação ao PIB, houve decréscimo de 0,2 ponto percentual na arrecadação líquida.

**RESULTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL  
Brasil, 1999-2000**

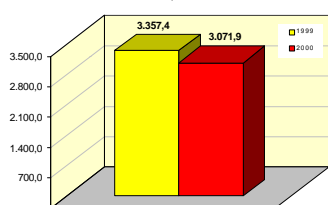
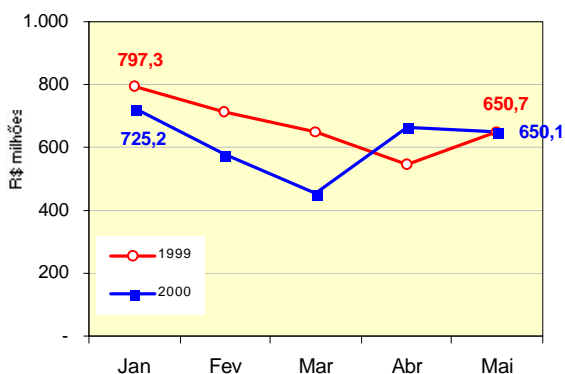
DISCRIMINAÇÃO	Abr	Mai	Jan-Mai	
	2000	2000	1999	2000
<b>Arrecadação Líquida</b>	<b>4.147,0</b>	<b>4.345,4</b>	<b>18.279,7</b>	<b>20.847,1</b>
Arrecadação Bruta	4.453,2	4.683,2	19.712,9	22.594,7
- Contribuição Previdenciária	4.211,7	4.393,7	18.983,6	21.131,1
- Simples	147,4	151,3	573,6	755,3
- CDP	21,3	80,1	110,8	141,3
- Depósitos Judiciais	65,1	49,7	5,2	480,5
- Outras Receitas	7,7	8,6	39,6	86,4
(-) Restituição/Devolução	(16,0)	(15,4)	(19,9)	(68,7)
(-) Transferências a Terceiros	(290,3)	(322,5)	(1.413,2)	(1.678,9)
<b>Benefícios Previdenciários</b>	<b>4.810,7</b>	<b>4.995,4</b>	<b>21.637,2</b>	<b>23.919,0</b>
<b>Resultado Primário</b>	<b>(663,7)</b>	<b>(650,1)</b>	<b>(3.357,4)</b>	<b>(3.071,9)</b>

As despesas atingiram R\$ 23,9 bilhões de janeiro a maio deste ano, contra R\$ 21,6 bilhões em idêntico período de 1999. Em termos nominais, houve aumento de 10,5%, devido ao crescimento no valor médio e na quantidade dos benefícios pagos, conforme apresentado na tabela ao lado. Vale lembrar que o valor médio no período está fortemente influenciado pelo reajuste do salário mínimo em abril, sem correspondência em 1999, quando o reajuste ocorreu no mês de competência maio. Quanto à quantidade, ressalta-se que as despesas seriam maiores, não fossem as medidas para contenção das concessões de benefícios, em particular das aposentadorias por tempo de serviço, cujo valor médio é superior ao das aposentadorias em geral (idade e invalidez). Como proporção do PIB, no entanto, houve redução nas despesas com benefícios previdenciários equivalente a 0,4 ponto percentual.

Benefícios	Dez/1998- Abr/1999	Dez/1999- Abr/2000	%
Quantidade*	18,3	18,9	3,7%
Valor Médio**	239,2	255,0	6,6%

(\*) média em milhões

(\*\*) média em R\$ 1,00, exclusive 13º salário.

**Déficit da Previdência Social**  
Acumulado até maio  
Brasil, 1999/2000

**Déficit da Previdência Social**  
Brasil, 1999/2000


## ***DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL***

Em maio, a dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do mercado totalizou R\$ 224,9 bilhões, correspondendo a 20,7% do PIB acumulado nos últimos doze meses. Este saldo é R\$ 4,7 bilhões inferior ao montante registrado no final do mês de abril, o que representa uma redução de 0,7 ponto percentual do PIB.

Observe-se que, mesmo havendo resgate líquido da dívida emitida em leilão, a dívida mobiliária cresceu devido à colocação de títulos em contrapartida ao refinanciamento da dívida de vários municípios. Os haveres financeiros cresceram em função desse refinanciamento e, adicionalmente, pelas maiores variações de seus principais indexadores (TR e IGP-DI) no mês em questão.

A tabela 2 apresenta a composição da dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do mercado nos últimos três meses.

**TABELA 2**  
**DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO MERCADO**  
**BRASIL, 2000**

(R\$ milhões)

	2000		
	Mar	Abr	Mai
<b>I. DÍVIDA INTERNA</b>	<b>99.616</b>	<b>104.035</b>	<b>98.240</b>
Dívida Mobiliária em Mercado - DPMF	367.120	373.303	385.053
Dívida Securitizada	32.119	31.613	31.605
Dívida Contratual da STN	-232.504	-233.857	-248.779
Dívida Refinanciada de Estados e Municípios	-199.536	-200.224	-214.204
Demais Dívida Contratuais	-32.968	-33.633	-34.574
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-67.119	-67.025	-69.640
Fat	-47.220	-47.039	-49.001
Demais Entidades	-19.900	-19.985	-20.639
<b>II. DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>116.796</b>	<b>125.509</b>	<b>126.650</b>
Dívida Mobiliária em Mercado - DPMF	89.623	96.043	97.257
Títulos Depositados em Garantia	-4.837	-4.516	-4.506
Dívida Contratual	32.751	34.724	34.658
Disponibilidades	-741	-742	-758
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)</b>	<b>216.412</b>	<b>229.544</b>	<b>224.890</b>
<b>IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB</b>	<b>20,5%</b>	<b>21,4%</b>	<b>20,7%</b>

*No mês de maio, o saldo da dívida líquida do Tesouro Nacional reduziu-se em 0,7 ponto percentual do PIB.*

*A dívida líquida do Tesouro Nacional atingiu R\$ 224,9 bilhões em maio.*

Em decorrência da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), ficou vedada a manutenção das aplicações do Tesouro Nacional em LFT-A na carteira do Banco Central do Brasil, as quais foram transferidas para a Conta Única. Desta forma, a série de LFT-A em poder do

Banco Central (informada na tabela A7 em anexo) apresenta um acréscimo equivalente à redução dos títulos em tesouraria.

*As emissões líquidas da dívida interna totalizaram R\$ 5,6 bilhões.*

No mês de maio, o Tesouro Nacional efetuou emissões líquidas da ordem de R\$ 5,6 bilhões, sendo que R\$ 12,7 bilhões referem-se a colocações líquidas diretas de títulos e de dívida securitizada. As emissões para rolagem dos títulos ofertados em leilões atingiram R\$ 18,1 bilhões, sendo resgatados R\$ 25,2 bilhões, resultando num resgate líquido de R\$ 7,1 bilhões no período.

**TABELA 3**  
**EVOLUÇÃO DA DPMF EM MERCADO E DÍVIDA SECURITIZADA**  
**BRASIL, Mai/2000**

(R\$ milhões)

Fatos	Financeiras	Não Financeiras	Total
<b>DPMF</b>			
<b>I. Emissões</b>	<b>18.087</b>	<b>13.084</b>	<b>31.171</b>
LFT	15.488	11.431	26.918
LTN	2.597	0	2.597
CFT	0	1.637	1.637
Demais	3	16	19
<b>II. Resgates</b>	<b>25.206</b>		<b>25.206</b>
LFT	10.768		10.768
LTN	7.003		7.003
NTN-S	6.132		6.132
Demais	1.303		1.303
<b>III. Valor líquido (I-II)</b>	<b>-7.119</b>	<b>13.084</b>	<b>5.965</b>
<b>TDA</b>			
<b>I. Emissões</b>		<b>0</b>	<b>0</b>
<b>II. Resgates</b>		<b>25</b>	<b>25</b>
<b>III. Valor líquido (I-II)</b>		<b>-25</b>	<b>-25</b>
<b>Securitizados</b>			
<b>I. Emissões</b>		<b>62</b>	<b>62</b>
<b>II. Resgates</b>		<b>386</b>	<b>386</b>
<b>III. Valor líquido (I-II)</b>		<b>-324</b>	<b>-324</b>
<b>Total</b>			
<b>I. Emissões</b>	<b>18.087</b>	<b>13.146</b>	<b>31.233</b>
<b>II. Resgates</b>	<b>25.206</b>	<b>411</b>	<b>25.617</b>
<b>III. Valor líquido (I-II)</b>	<b>-7.119</b>	<b>12.735</b>	<b>5.616</b>

*Em maio, o Tesouro Nacional efetuou emissões líquidas de R\$ 6,0 bilhões da DPMFi, com ênfase nas colocações diretas. Houve resgate líquido de R\$ 7,1 bilhões de títulos ofertados em leilões.*

As emissões em mercado concentraram-se em LFT, diversas séries, e em LTN, totalizando R\$ 15,5 bilhões e R\$ 2,6 bilhões, respectivamente. Foram emitidas LTN com prazo de 7 e 12 meses, o que reduziu o prazo médio desses títulos, dos 6,31 meses registrados em abril para 5,95 em maio.

Os resgates de títulos da DPMFi atingiram R\$ 25,2 bilhões, sendo R\$ 10,8 bilhões referentes a LFT, R\$ 7,0 bilhões a LTN e R\$ 6,1 bilhões os vencimentos regulares de NTN-S. As NTN-S são títulos híbridos, com

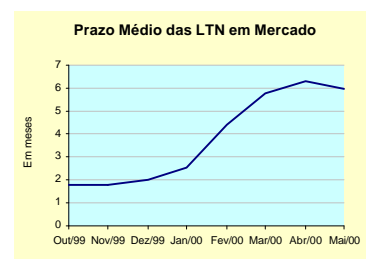
remuneração pré e pós-fixada. Esses títulos tiveram suas emissões encerradas em março de 1999, estando seu estoque atualmente reduzido a R\$ 8,8 bilhões.

As colocações diretas totalizaram R\$ 13,1 bilhões, destinadas em quase sua totalidade ao refinanciamento da dívida de estados e municípios. No âmbito da dívida mobiliária, foram emitidos R\$ 11,3 bilhões em LFT-B, grande parte para o refinanciamento da dívida do município de São Paulo.

Destacam-se ainda as seguintes colocações diretas de títulos da dívida mobiliária em mercado: i) R\$ 1,6 bilhão em CFT, séries A5 e D5, junto ao Fundo da Paranaprevidência, devido à celebração de contrato de cessão de créditos entre a União e o estado do Paraná; ii) R\$ 60,0 milhões em LFT-A junto ao BDMG, no âmbito do Lei nº 9.496/97; iii) R\$ 25,7 milhões em LFT, em favor da Codesp, nos termos do Contrato de Cessão de Créditos celebrado entre a empresa e a União, em 18/05/2000; iv) R\$ 20,7 em CDP, adquiridos por devedores do INSS, para quitação de dívidas junto àquele órgão; v) R\$ 16,3 milhões em NTN-A01, em favor do Banco de Investimentos Credit Suisse First Boston Garantia S.A., na operação de troca por Brazil Investments Bonds (BIB) da dívida externa brasileira, nos termos do inciso III do art. 3º da MP nº 1.974-79, de 04/05/2000; e vi) R\$ 16,3 milhões em LFT, junto à CDRJ, nos termos do Contrato de Cessão de Créditos celebrado entre a empresa e a União, em 12/05/2000.

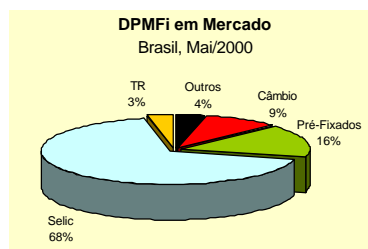
As colocações de dívida securitizada totalizaram R\$ 62,3 milhões, sendo: i) R\$ 55,6 milhões relativos às emissões de CVS decorrentes de novação de dívida celebrada entre a União e o Estado de Goiás; e ii) R\$ 6,7 milhões decorrentes da renegociação e quitação da dívida proveniente do programa Política de Preço Nacional Equalizado – Açúcar e Alcool, entre a União e usinas integradas nesse programa.

Devido às emissões de LFT-B para refinanciamento das dívidas municipais, verifica-se um aumento da participação dos títulos indexados à taxa Selic, que passou de 66,2% em abril para 67,7% em maio. Na ausência dessas emissões, a participação desses títulos seria de 66,7%, próxima à verificada no mês anterior. O resgate líquido de LTN ocorrido no mês, da ordem de R\$ 4,4 bilhões, também explica a redução da participação relativa dos títulos prefixados no total da DPMFi em mercado, de 17,3% em abril para 15,9% no mês em análise. Entretanto, é importante salientar que as diretrizes de administração da dívida pública permanecem as mesmas, com a continuidade do processo de alongamento e de elevação gradual da participação de papéis prefixados na dívida total.



*As colocações diretas atingiram R\$ 13,0 bilhões. Desse total, R\$ 11,3 bilhões referem-se a emissão de LFT-B para o refinanciamento da dívida do município de São Paulo.*

## **Composição da Dívida**



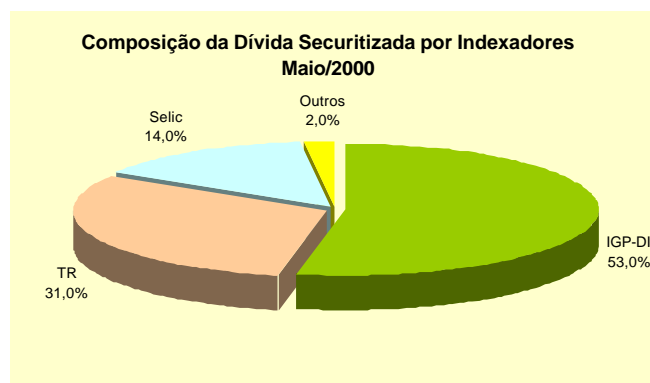
**TABELA 4**  
**COMPOSIÇÃO DA DPMFI EM MERCADO**  
**BRASIL, 2000**

(%)

Indexador	2000		
	Mar	Abr	Mai
Selic	68,1	66,2	67,7
Câmbio	9,7	9,3	9,5
Prefixados	15,4	17,3	15,9
TR	3,5	3,4	3,3
Outros	3,3	3,7	3,6
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

No mês de maio, a composição da dívida securitizada manteve-se estável, com os títulos indexados ao IGP-DI atualizando 53,0% dessa dívida.

*Em maio, a composição da dívida securitizada do Tesouro Nacional manteve-se estável.*



## **Custo e Prazo Médios**

*Houve queda do custo médio dos títulos cambiais, devido à menor depreciação na taxa de câmbio ocorrida no mês.*

O custo médio anual do total da dívida interna do Tesouro Nacional, em maio, ficou em 18,30%, contra 22,80% em abril. Da mesma forma, o custo da dívida mobiliária em mercado atingiu 18,86%, contra 23,59% no mês anterior. Essa variação deve-se ao efeito da menor depreciação cambial ocorrida no mês (1,1% em maio, contra 3,4% em abril), o que produziu significativo impacto no custo de carregamento daqueles títulos cuja remuneração baseia-se na taxa de câmbio. Se excluídos os títulos cambiais, o custo médio da dívida mobiliária em mercado teria uma queda menor, situando-se em 18,33% ao ano em maio, contra 18,69% ao ano em abril.

O custo médio anual da dívida securitizada apresentou ligeiro aumento, ficando em 11,19% contra 10,85% em abril. Este comportamento está associado à evolução dos principais indexadores, sendo o principal deles o IGP-DI, que em maio atualizou 53,0% do estoque da dívida securitizada, e a TR, responsável pela remuneração de 31,0% dessa dívida. Em comparação ao mês de abril, o IGP-DI e a TR aumentaram, de 0,13%, para 0,67% e 0,25%, respectivamente.

**TABELA 5**  
**CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DPMF**  
**EM MERCADO E DÍVIDA SECURITIZADA**  
**BRASIL, Mai/2000**

Título	Indexador	% de Participação	Prazo Médio	Custo Médio
LTN	Prefixados	15,9%	5,95	20,08%
LFT	Selic	65,4%	14,41	18,46%
NTN-D	Câmbio	6,5%	11,63	27,45%
NTN-S	Prefixados+Selic	2,3%	0,31	18,46%
Demais	Vários	9,9%	-	-
<b>Total DPMF</b>		<b>100,0%</b>	<b>29,88</b>	<b>18,86%</b>
<b>Competitivos</b>			<b>12,54</b>	<b>19,54%</b>
<b>Securitizedos</b>			<b>91,17</b>	<b>11,19%</b>
<b>Total Dívida Interna</b>			<b>34,36</b>	<b>18,30%</b>

Obs.: Prazo Médio em meses.  
Custo Médio em % anual.

*O custo médio total da dívida interna do Tesouro Nacional caiu de 22,80% em abril para 18,30% ao ano em maio.*

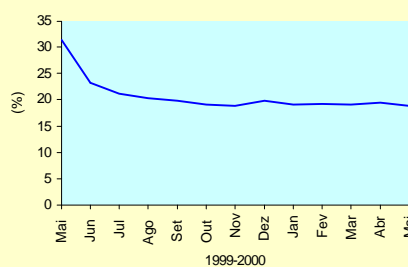
O custo médio anual da DPMFi em mercado emitida por meio de leilões públicos apresentou pequena queda, passando de 19,47% em abril para 18,86% em maio. Esta queda explica-se pelo maior número de dias úteis em maio (22) em relação a abril (19). Se considerado o estoque de títulos cambiais, a queda no custo médio torna-se mais acentuada, passando de 24,08% em abril para 19,54% no mês em análise, devido principalmente ao mencionado efeito da menor depreciação cambial ocorrida no mês.

**TABELA 6**  
**DPMFi - CUSTO MÉDIO EM MERCADO**  
**BRASIL, 1999/2000**

PERÍODO	TOTAL(1)	TOTAL(2)	COMP(1)	COMP(2)
<b>1999</b>				
Mai	26,20	34,02	31,52	34,96
Jun	22,14	27,36	23,20	28,30
Jul	20,42	20,98	21,12	21,95
Ago	19,68	44,67	20,24	32,02
Set	19,52	18,94	19,97	19,82
Out	18,59	22,01	19,05	21,54
Nov	18,59	14,07	18,90	15,41
Dez	19,40	5,12	19,82	8,02
<b>2000</b>				
Jan	18,79	18,94	19,09	19,53
Fev	18,86	14,71	19,28	15,66
Mar	18,28	15,54	19,12	16,77
Abr	18,69	23,59	19,47	24,08
Mai	18,33	18,86	18,86	19,54

COMP - Títulos competitivos da DPMFi em mercado.  
(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio  
(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio

**DPMFi - Custo Médio**  
(Inclui apenas os títulos competitivos em mercado, excluindo os indexados ao câmbio)



*O custo médio anual dos títulos colocados por meio de leilões, excluindo os cambiais, caiu, passando de 19,47% em abril para 18,86% ao ano em maio.*

Em maio, o prazo médio do total da dívida interna em mercado atingiu 34,36 meses, contra 32,28 meses em abril. O prazo médio da DPMF em mercado manteve trajetória de elevação, atingindo 29,88 meses, o maior nível desde março do ano passado.

No âmbito do estoque de títulos colocados em oferta pública, também houve aumento do prazo médio, que passou de 11,37 meses em abril para 12,54 meses, o maior desde julho do ano passado. O prazo médio das LFT, devido às emissões no mês, passou de 12,55 meses em abril para 14,41 meses em maio.

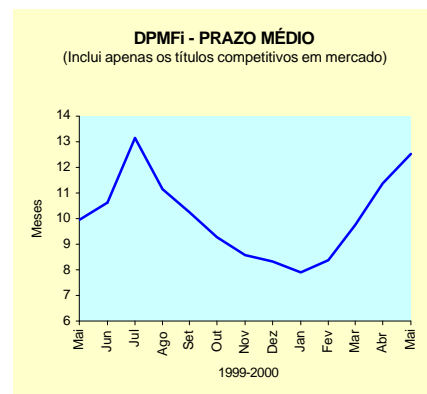


O prazo médio dos títulos da DPMFi emitidos por meio de leilões públicos foi de 12,54 meses, sendo o maior desde julho de 1999.

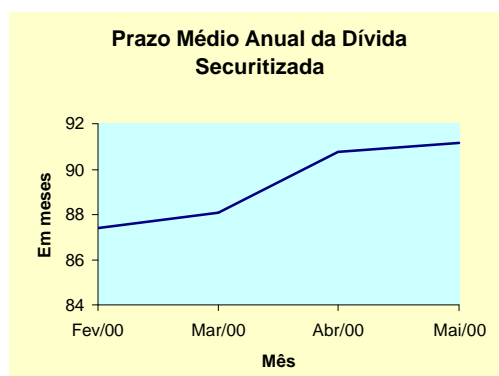
**TABELA 7**  
**DPMFi - PRAZO MÉDIO NO MERCADO**  
**BRASIL, 1999/2000** (meses)

Período	TOTAL	COMP (1)
<b>1999</b>		
Mai	28,13	9,95
Jun	27,42	10,63
Jul	28,28	13,15
Ago	28,48	11,12
Set	27,06	10,25
Out	25,48	9,30
Nov	24,44	8,59
Dez	27,90	8,35
<b>2000</b>		
Jan	27,14	7,89
Fev	27,09	8,37
Mar	27,97	9,74
Abr	28,40	11,37
Mai	29,88	12,54

(1) Títulos competitivos da DPMFi em mercado.



O prazo médio da dívida securitizada também elevou-se, alcançando 91,17 meses em maio, como resultado dos resgates ocorridos no mês.



## Dívida Líquida Contratual Interna

O saldo dos haveres líquidos atingiu R\$ 318,4 bilhões (29,3% do PIB) no mês de maio. Em termos nominais, houve crescimento de R\$ 14,9 bilhões no âmbito da STN e de R\$ 2,6 bilhões nos haveres dos fundos, autarquias e fundações.

Com relação aos haveres do Tesouro Nacional, o aumento deve-se principalmente ao refinanciamento de R\$ 11,3 bilhões do município de São Paulo, no âmbito da MP nº 2.022-17/2000 e de R\$ 1,7 bilhão para os estados do Paraná e Minas Gerais, no âmbito da Lei nº 9.496/97. Além disso, o maior IGP-DI ocorrido no mês contribuiu para o aumento do saldo destas contas.

No que se refere aos fundos, autarquias e fundações, o crescimento dos haveres é explicado em particular pelo aumento do saldo das disponibilidades do FAT, devido às maiores transferências da contribuição do PIS/Pasep ao Fundo, após a sanção da lei orçamentária do exercício.

**TABELA 8**  
**DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA LÍQUIDA**  
**BRASIL, 1999/2000**

	(R\$ milhões)		
	2000		
	Mar	Abr	Mai
<b>TOTAL DO TESOURO NACIONAL</b>	<b>-232.504</b>	<b>-233.857</b>	<b>-248.779</b>
Dívida Bancária	39.746	39.769	39.851
Demais Dívidas da STN	3.142	3.106	3.137
Lei 7.976/89	-10.076	-10.240	-10.335
Lei 8.727/93	-43.676	-43.715	-43.814
Lei 9.496/97	-125.487	-125.883	-127.930
Renegociação Dív. Municipais - MP 2.022-17/2000	-4.806	-4.822	-16.116
Demais Haveres da STN	-91.347	-92.072	-93.572
<b>TOTAL DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES</b>	<b>-67.119</b>	<b>-67.025</b>	<b>-69.640</b>
FAT	-47.220	-47.039	-49.001
Demais Entidades	-19.900	-19.985	-20.639
<b>TOTAL</b>	<b>-299.623</b>	<b>-300.882</b>	<b>-318.419</b>
<b>TOTAL/PIB</b>	<b>-28,3%</b>	<b>-28,1%</b>	<b>-29,3%</b>
<b>TOTAL DO TESOURO NACIONAL/PIB</b>	<b>-22,0%</b>	<b>-21,8%</b>	<b>-22,9%</b>

*O refinanciamento da dívida do município de São Paulo foi o principal responsável pelo aumento do total de haveres do Tesouro Nacional em maio.*

O saldo da dívida externa sob responsabilidade do Tesouro Nacional encerrou o mês de maio em R\$ 126,7 bilhões, correspondente a 11,6% do PIB estimado para os últimos doze meses, ficando 0,1 ponto percentual abaixo do registrado em abril.

No mês em análise, não houve variações significativas nos saldos devedores da dívida externa mobiliária e contratual, em moeda estrangeira. Ocorreram dois cancelamentos de pequena magnitude no período: i) do Bônus Par, no valor de US\$ 7,8 milhões (R\$ 14,2 milhões), decorrentes do recebimento da parcela de amortização do Acordo de Reescalonamento de Dívida entre Brasil e Suriname; e ii) do *Brazil Investment Bonds* – BIB, no valor de US\$ 9,0 milhões (R\$ 16,4 milhões), que foram objeto de troca por Notas do Tesouro Nacional.

## Dívida Externa

*A dívida externa do Tesouro Nacional em maio ficou 0,1 ponto percentual do PIB inferior ao registrado em abril.*

**TABELA 9**  
**EXECUÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA**  
**BRASIL, Mai/2000**

Discriminação	(R\$ milhões)		
	Principal	Juros e Encargos	Total
<b>I. Encargos Totais</b>	<b>161,7</b>	<b>518,1</b>	<b>679,8</b>
I.1. Organismos Multilaterais	113,6	67,8	<b>181,3</b>
I.2. Bancos Privados/Ag Gov	48,2	15,5	<b>63,7</b>
I.3. Clube de Paris	0,0	0,0	<b>0,0</b>
I.4. Dívida Mobiliária	0,0	434,7	<b>434,7</b>
Bônus Global 2001 <sup>3</sup>	0,0	59,9	<b>59,9</b>
Bônus Global 2027 <sup>4</sup>	0,0	321,9	<b>321,9</b>
BIB (troca por NTN-A) <sup>5</sup>	0,0	0,2	<b>0,2</b>
Bônus Paralelo <sup>3</sup>	0,0	52,2	<b>52,2</b>
Bônus Samurai/2003 <sup>3</sup>	0,0	0,5	<b>0,5</b>

<sup>3</sup> Título de captação, emitido de acordo com a Resolução nº 57/95, do Senado Federal. As emissões do Bônus Samurai/2003 obedeceram ainda à redação dada pelas Resoluções nº 51/97 e 23/99.

<sup>4</sup> Título de captação, emitido no contexto da operação de reestruturação dos "Brady Bonds" (Exchange Offer), de acordo com a Resolução nº 69/96, do Senado Federal.

<sup>5</sup> Títulos emitidos em decorrência do acordo de reestruturação firmado pelo Brasil em 22.09.88, constituindo-se em opção para credores que desejassem sair do "risco Brasil". Não possuem garantias de principal ou juros.

Os desembolsos para o pagamento de encargos da dívida externa totalizaram R\$ 679,8 milhões, sendo efetuados pagamentos regulares a organismos multilaterais no montante total de R\$ 181,3 milhões, R\$ 63,7 milhões a bancos privados/agências governamentais e R\$ 434,7 milhões relativos a juros e encargos da dívida mobiliária, conforme demonstrado na tabela 9 acima.

## Características

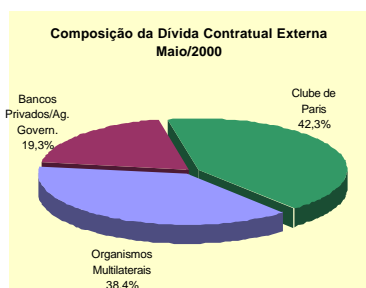
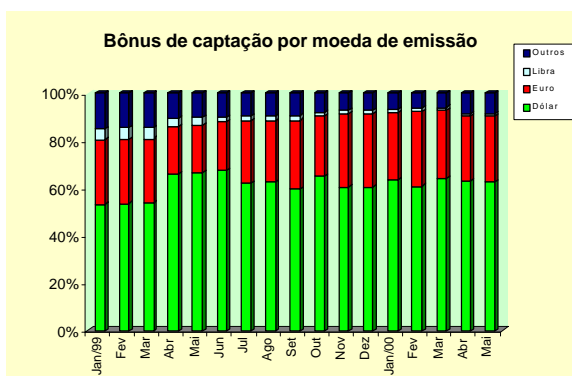
A dívida externa de responsabilidade do Tesouro Nacional está estruturada em mobiliária e contratual, deduzidos os haveres na forma de títulos depositados em garantia e disponibilidades de fundos, autarquias e fundações em moeda estrangeira. A dívida mobiliária é responsável por 76,8% do saldo líquido da dívida externa.

*A participação dos bônus de renegociação no total da dívida mobiliária externa manteve tendência de queda.*

Os bônus de renegociação (“bradies”) perfazem 63,4% do montante da dívida mobiliária. Note-se a redução em termos nominais e relativos dos bradies, os quais representavam 76,6% da dívida mobiliária externa em maio do ano passado. Esta redução está associada tanto aos resgates da parcela principal quanto às novas emissões a partir de abril de 1999, após o período de um ano sem colocações no mercado externo.

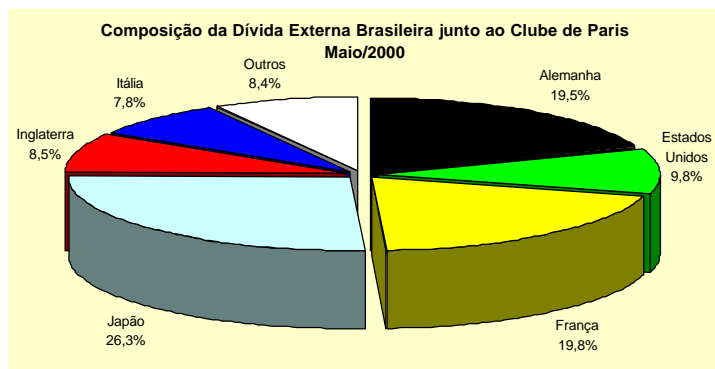
Quanto à moeda de emissão, os títulos em dólar representam, pela posição de maio, 62,8% do valor total dos bônus de captação, seguidos por aqueles emitidos em euro (27,5%), libra (1,2%) e demais moedas (8,5%).

*Os títulos emitidos em dólar correspondem a 62,8% do total dos bônus de captação.*



A dívida contratual externa, por sua vez, é composta em sua maior parte pelos títulos emitidos no âmbito do acordo do Clube de Paris, cuja parcela equivale a 42,3% do valor total apurado em maio. A dívida contratual com Organismos Multilaterais e Bancos Privados/Agências Governamentais respondem por 38,4% e 19,3%, respectivamente.

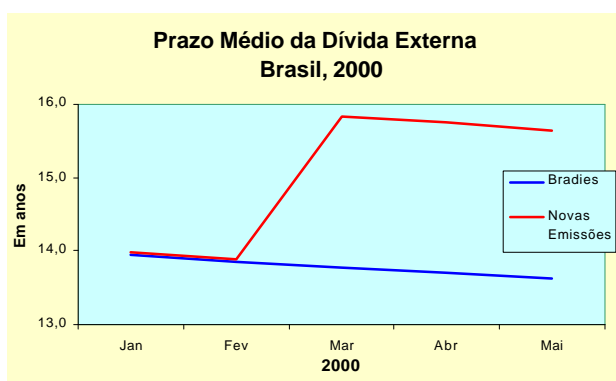
Os maiores credores brasileiros no âmbito do Clube de Paris são o Japão (26,3%), França (19,8%) e Alemanha (19,5%), conforme pode ser observado no gráfico a seguir.



*O Japão permanece sendo o maior credor brasileiro no âmbito do Clube de Paris.*

Pelo gráfico a seguir, pode-se observar ligeira redução do prazo médio, tanto dos bônus de renegociação, de 13,71 anos em abril para 13,62 em maio, quanto de captação, de 15,75 anos para 15,63, respectivamente. O custo médio, por sua vez, permaneceu inalterado, sendo 6,62% ao ano para os bônus de renegociação e 11,45% ao ano para os demais.

*O prazo médio dos bônus de captação da dívida externa foi de 15,63 anos.*



## **Anexos**

---

### ***Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)***

- **Tabela A1** – Resultado Primário do Governo Central
- **Tabela A2** – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional
- **Tabela A3** – Relacionamento Tesouro/Banco Central
- **Tabela A4** – Operações Oficiais de Crédito

### ***Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)***

- **Tabela A5** – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)
- **Tabela A6** – Dívida Externa do Tesouro Nacional
- **Tabela A7** – Dívida Pública Mobiliária Federal
- **Tabela A8** – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

### ***Boletins de Transferências para Estados e Municípios***

- Boletim FPE/FPM
- Boletim Fundef

**TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (\*)**

R\$ milhões

	Mai/1999	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/2000
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>14.514,4</b>	<b>17.969,4</b>	<b>18.030,3</b>	<b>17.670,7</b>	<b>18.117,6</b>	<b>17.114,7</b>	<b>17.257,3</b>	<b>23.061,3</b>	<b>18.499,9</b>	<b>17.147,6</b>	<b>20.173,6</b>	<b>19.020,6</b>	<b>19.055,0</b>
<b>I.1. Receitas do Tesouro</b>	<b>10.791,0</b>	<b>13.860,1</b>	<b>14.112,0</b>	<b>13.737,1</b>	<b>14.203,3</b>	<b>13.214,1</b>	<b>13.324,4</b>	<b>15.933,6</b>	<b>14.553,9</b>	<b>13.064,8</b>	<b>15.847,6</b>	<b>14.873,6</b>	<b>14.709,7</b>
I.1.1 Receita Bruta	11.002,6	14.600,6	14.923,2	14.566,9	14.583,1	13.835,9	13.751,2	16.536,2	15.158,0	13.301,2	16.200,1	15.095,9	14.961,6
- Impostos	5.990,8	6.334,3	6.294,7	5.725,0	7.255,4	6.578,6	6.120,6	8.456,3	7.153,9	6.371,8	7.865,1	6.998,5	6.533,5
- Contribuições	3.818,4	4.668,3	7.219,0	4.979,3	6.087,3	5.928,1	6.700,4	6.479,4	6.877,9	6.050,7	7.136,7	6.255,2	6.338,7
- Demais	1.193,4	3.598,0	1.409,5	3.862,5	1.240,3	1.329,2	930,2	1.600,6	1.126,2	878,7	1.198,3	1.842,1	2.089,4
I.1.2. (-) Restituições	(136,9)	(709,4)	(760,9)	(787,9)	(333,2)	(563,6)	(370,2)	(542,5)	(532,6)	(108,2)	(246,8)	(135,7)	(179,0)
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	(74,6)	(31,1)	(50,3)	(41,8)	(46,6)	(58,2)	(56,6)	(60,1)	(71,4)	(128,2)	(105,7)	(86,7)	(72,9)
<b>I.2. Receitas da Previdência Social</b>	<b>3.723,3</b>	<b>4.109,3</b>	<b>3.918,3</b>	<b>3.933,6</b>	<b>3.914,3</b>	<b>3.900,6</b>	<b>3.932,9</b>	<b>7.127,7</b>	<b>3.946,0</b>	<b>4.082,8</b>	<b>4.325,9</b>	<b>4.147,0</b>	<b>4.345,4</b>
<b>II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>3.121,0</b>	<b>2.198,9</b>	<b>2.537,8</b>	<b>2.714,1</b>	<b>2.473,1</b>	<b>2.895,5</b>	<b>2.826,8</b>	<b>3.145,2</b>	<b>3.365,2</b>	<b>3.236,3</b>	<b>3.324,9</b>	<b>3.455,6</b>	<b>3.381,8</b>
II.1. Transferências Constitucionais	2.561,1	1.743,0	1.732,0	2.147,6	2.002,7	2.383,7	2.277,0	2.496,0	2.708,4	2.542,5	2.735,4	2.860,1	2.732,5
II.2. Lei Complementar 87/96	373,5	303,1	545,3	312,7	297,8	294,2	286,4	294,0	278,4	271,8	255,0	259,5	292,6
II.3. Demais	186,4	152,8	260,5	253,9	172,6	217,5	263,5	355,3	378,4	422,0	334,5	335,9	356,6
<b>III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)</b>	<b>11.393,4</b>	<b>15.770,5</b>	<b>15.492,5</b>	<b>14.956,6</b>	<b>15.644,5</b>	<b>14.219,2</b>	<b>14.430,4</b>	<b>19.916,1</b>	<b>15.134,7</b>	<b>13.911,3</b>	<b>16.848,7</b>	<b>15.565,0</b>	<b>15.673,3</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>12.131,4</b>	<b>11.844,6</b>	<b>13.276,6</b>	<b>12.343,1</b>	<b>12.160,6</b>	<b>12.865,5</b>	<b>13.129,0</b>	<b>21.794,9</b>	<b>13.644,3</b>	<b>12.362,4</b>	<b>12.828,2</b>	<b>11.699,8</b>	<b>12.903,9</b>
<b>IV.1. Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>3.685,5</b>	<b>4.067,8</b>	<b>4.913,8</b>	<b>3.783,7</b>	<b>3.663,1</b>	<b>3.884,6</b>	<b>4.012,5</b>	<b>5.944,5</b>	<b>5.402,5</b>	<b>4.286,2</b>	<b>4.192,1</b>	<b>4.056,2</b>	<b>4.191,3</b>
IV.1.1. INSS	187,8	254,6	307,1	219,3	244,3	251,5	239,1	357,2	272,3	277,0	234,0	256,0	237,4
IV.1.2. Demais	3.497,7	3.813,2	4.606,7	3.564,4	3.418,8	3.633,1	3.773,4	5.587,3	5.130,2	4.009,1	3.958,1	3.800,2	3.953,8
<b>IV.2. Benefícios Previdenciários</b>	<b>4.374,1</b>	<b>4.442,3</b>	<b>4.631,2</b>	<b>4.621,4</b>	<b>4.623,5</b>	<b>4.727,1</b>	<b>5.153,7</b>	<b>8.610,9</b>	<b>4.671,1</b>	<b>4.660,4</b>	<b>4.781,3</b>	<b>4.810,7</b>	<b>4.995,4</b>
<b>IV.3. Custeio e Capital</b>	<b>4.071,9</b>	<b>3.334,5</b>	<b>3.731,6</b>	<b>3.937,9</b>	<b>3.874,0</b>	<b>4.253,8</b>	<b>3.962,8</b>	<b>7.239,5</b>	<b>3.570,7</b>	<b>3.415,8</b>	<b>3.854,7</b>	<b>2.832,9</b>	<b>3.717,3</b>
IV.3.1. Despesa do FAT	584,0	401,5	421,4	537,1	683,6	373,6	359,0	555,4	315,0	436,9	673,2	214,7	653,7
- Abono e Seguro Desemprego	483,1	347,2	378,6	480,5	529,4	274,8	294,3	501,5	291,6	390,8	361,5	158,5	604,5
- Demais Despesas do FAT	100,9	54,4	42,8	56,6	154,2	98,8	64,7	53,9	23,4	46,1	311,7	56,2	49,3
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	205,3	101,3	229,0	193,6	153,1	645,0	193,2	138,2	23,0	101,0	264,3	206,0	141,5
- Operações Oficiais de Crédito	138,0	45,2	158,9	129,4	101,6	548,6	147,1	91,2	22,8	48,3	183,3	91,4	118,4
- Subvenções aos Fundos Regionais	67,3	56,1	70,1	64,3	51,4	96,5	46,2	47,1	0,3	52,7	81,0	114,6	23,1
IV.3.3. Outras Despesas de Custeio e Capital	3.282,6	2.831,6	3.081,2	3.207,2	3.037,4	3.235,1	3.410,6	6.545,9	3.232,7	2.878,0	2.917,2	2.412,2	2.922,0
<b>V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)</b>	<b>(738,1)</b>	<b>3.925,9</b>	<b>2.215,9</b>	<b>2.613,6</b>	<b>3.483,9</b>	<b>1.353,7</b>	<b>1.301,4</b>	<b>(1.878,8)</b>	<b>1.490,4</b>	<b>1.548,9</b>	<b>4.020,5</b>	<b>3.865,2</b>	<b>2.769,3</b>
V.1. Tesouro Nacional	(87,4)	4.258,9	2.928,8	3.301,4	4.193,1	2.180,3	2.522,3	(395,6)	2.215,5	2.126,4	4.475,9	4.528,9	3.419,4
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	(650,7)	(333,0)	(712,9)	(687,9)	(709,2)	(826,5)	(1.220,8)	(1.483,2)	(725,2)	(577,6)	(455,4)	(663,7)	(650,1)
<b>VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)</b>	<b>(57,3)</b>	<b>(19,6)</b>	<b>(97,2)</b>	<b>(61,8)</b>	<b>(47,1)</b>	<b>(67,3)</b>	<b>(63,3)</b>	<b>(106,5)</b>	<b>(43,1)</b>	<b>(61,8)</b>	<b>(49,4)</b>	<b>(40,9)</b>	<b>(68,4)</b>
<b>VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)</b>	<b>(795,4)</b>	<b>3.906,3</b>	<b>2.118,7</b>	<b>2.551,7</b>	<b>3.436,8</b>	<b>1.286,4</b>	<b>1.238,1</b>	<b>(1.985,3)</b>	<b>1.447,3</b>	<b>1.487,1</b>	<b>3.971,1</b>	<b>3.824,2</b>	<b>2.700,9</b>
<b>VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA</b>	<b>853,0</b>	<b>8,3</b>	<b>1.611,5</b>	<b>445,8</b>	<b>167,0</b>	<b>(512,0)</b>	<b>(862,9)</b>	<b>441,5</b>	<b>(343,4)</b>	<b>839,6</b>	<b>919,5</b>	<b>nd</b>	<b>nd</b>
<b>IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (3)</b>	<b>57,6</b>	<b>3.914,7</b>	<b>3.730,3</b>	<b>2.997,6</b>	<b>3.603,8</b>	<b>774,4</b>	<b>375,2</b>	<b>(1.543,8)</b>	<b>1.103,8</b>	<b>2.326,7</b>	<b>4.890,6</b>	<b>nd</b>	<b>nd</b>
<b>X. JUROS NOMINAIS (3)</b>	<b>(8.426,1)</b>	<b>(6.483,9)</b>	<b>(6.953,2)</b>	<b>(11.230,2)</b>	<b>(1.290,6)</b>	<b>(6.442,3)</b>	<b>1.716,9</b>	<b>3.061,1</b>	<b>(2.885,8)</b>	<b>(3.362,4)</b>	<b>(2.936,8)</b>	<b>nd</b>	<b>nd</b>
<b>XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (3)</b>	<b>(8.368,5)</b>	<b>(2.569,3)</b>	<b>(3.222,9)</b>	<b>(8.232,6)</b>	<b>2.313,2</b>	<b>(5.667,9)</b>	<b>2.092,2</b>	<b>1.517,3</b>	<b>(1.782,0)</b>	<b>(1.035,7)</b>	<b>1.953,8</b>	<b>nd</b>	<b>nd</b>

(\*) Dados revistos, sujeitos a alteração.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias

(3) Pelo critério "abaixo-da-linha". Fonte: Banco Central do Brasil

**TABELA A2 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL (\*)**

R\$ milhões

	Mai/1999	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/2000
<b>FLUXO FISCAL</b>													
<b>I. RECEITAS</b>	<b>11.314,8</b>	<b>10.607,0</b>	<b>14.508,8</b>	<b>13.438,3</b>	<b>14.122,9</b>	<b>13.156,2</b>	<b>13.052,5</b>	<b>19.264,4</b>	<b>11.980,7</b>	<b>13.410,7</b>	<b>15.855,9</b>	<b>14.654,6</b>	<b>14.500,8</b>
I.1 - Recolhimento Bruto	10.787,5	9.874,9	11.999,8	12.494,0	13.485,2	12.116,4	12.531,6	18.432,7	11.199,1	12.768,5	15.224,7	13.535,0	13.883,3
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	(74,6)	(31,1)	(50,3)	(41,8)	(46,6)	(58,2)	(56,6)	(60,1)	(71,4)	(128,2)	(105,7)	(86,7)	(72,9)
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	382,8	533,6	1.947,2	746,1	457,4	837,0	368,9	493,0	396,8	512,7	606,1	934,7	527,2
I.4 - Receita das Operações de Crédito	216,7	227,6	610,6	238,5	225,4	259,2	206,9	396,9	454,8	256,4	128,3	270,1	161,9
I.5 - Remuneração de Disponibilidades - BB	2,4	2,1	1,6	1,5	1,5	1,9	1,8	1,9	1,4	1,3	2,4	1,4	1,3
<b>II. DESPESAS</b>	<b>13.410,0</b>	<b>13.121,3</b>	<b>14.872,8</b>	<b>12.508,1</b>	<b>11.873,1</b>	<b>13.901,7</b>	<b>12.742,4</b>	<b>16.815,9</b>	<b>11.947,9</b>	<b>12.492,7</b>	<b>13.450,9</b>	<b>14.750,2</b>	<b>14.537,7</b>
<b>II.1 - Liberações Vinculadas</b>	<b>3.557,6</b>	<b>2.716,6</b>	<b>2.959,2</b>	<b>3.267,0</b>	<b>2.948,5</b>	<b>3.506,3</b>	<b>3.389,2</b>	<b>3.638,4</b>	<b>4.180,8</b>	<b>3.884,5</b>	<b>3.402,5</b>	<b>3.282,1</b>	<b>5.381,1</b>
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	2.720,0	1.849,2	1.837,6	2.279,3	2.125,6	2.530,1	2.416,1	2.648,9	2.881,0	2.706,3	2.735,4	2.860,1	3.272,9
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	25,9	32,7	35,9	36,2	31,7	72,4	52,3	38,3	155,5	216,9	132,4	130,3	144,0
II.1.3 - Transferência da Lei Complementar 87	346,1	279,9	541,4	308,0	293,0	283,9	281,3	287,8	276,8	271,8	254,8	259,3	292,4
II.1.4 - Outras Vinculações	465,6	554,7	544,3	643,5	498,2	619,8	639,4	663,4	867,4	689,4	279,9	32,4	1.671,9
<b>II.2 - Liberações Ordinárias</b>	<b>9.852,4</b>	<b>10.404,8</b>	<b>11.913,6</b>	<b>9.241,0</b>	<b>8.924,7</b>	<b>10.395,4</b>	<b>9.353,3</b>	<b>13.177,5</b>	<b>7.767,1</b>	<b>8.608,2</b>	<b>10.048,4</b>	<b>11.468,1</b>	<b>9.156,6</b>
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.654,9	4.117,8	5.017,6	3.924,8	3.934,9	3.716,6	4.107,7	6.003,7	5.619,6	4.283,9	4.029,9	3.988,2	4.192,4
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	790,7	1.024,8	285,4	317,5	889,3	2.515,0	1.036,7	848,6	304,5	505,8	778,4	2.773,7	650,0
i) Dívida Contratual Interna	278,9	230,2	177,2	194,1	265,9	207,1	488,5	147,0	172,9	178,8	284,0	293,0	184,2
ii) Dívida Contratual Externa	511,8	794,6	108,2	123,4	623,4	2.307,9	548,1	701,6	131,6	326,9	494,4	2.480,6	465,9
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	2.171,3	2.501,0	3.852,3	2.010,7	584,6	1.122,2	446,9	722,3	456,4	1.154,5	2.645,4	2.176,4	1.597,4
II.2.4 - Custeio e Investimento	3.038,2	2.647,3	2.542,4	2.808,7	3.377,5	2.702,1	3.532,2	5.455,8	1.295,9	2.471,0	2.331,3	2.336,9	2.508,1
II.2.5 - Operações Oficiais de Crédito	197,3	114,0	216,0	179,2	138,2	339,5	229,7	147,1	90,7	193,0	263,3	192,9	208,7
II.2.6 - Restos a Pagar													
<b>III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)</b>	<b>(2.095,2)</b>	<b>(2.514,3)</b>	<b>(364,0)</b>	<b>930,2</b>	<b>2.249,8</b>	<b>(745,4)</b>	<b>310,1</b>	<b>2.448,5</b>	<b>32,8</b>	<b>918,1</b>	<b>2.405,0</b>	<b>(95,6)</b>	<b>(36,9)</b>
<b>FLUXO DE FINANCIAMENTO</b>													
<b>IV. RECEITAS</b>	<b>28.770,9</b>	<b>30.620,6</b>	<b>22.300,0</b>	<b>27.603,0</b>	<b>23.232,7</b>	<b>26.472,0</b>	<b>22.054,2</b>	<b>18.532,5</b>	<b>26.102,7</b>	<b>31.181,1</b>	<b>45.023,3</b>	<b>27.630,3</b>	<b>16.434,4</b>
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	28.402,1	30.148,5	21.706,1	23.333,0	21.813,7	26.085,6	15.801,7	17.767,5	23.890,0	29.469,9	41.571,0	25.578,7	16.087,6
IV.2 - Outras Operações de Crédito	368,8	472,2	594,0	4.269,9	1.419,0	386,4	6.252,5	765,0	2.212,7	1.711,3	3.452,3	2.051,6	346,8
<b>V. DESPESAS</b>	<b>11.035,7</b>	<b>18.405,1</b>	<b>28.023,4</b>	<b>20.497,7</b>	<b>17.954,1</b>	<b>14.355,2</b>	<b>15.427,6</b>	<b>30.029,3</b>	<b>21.386,0</b>	<b>25.813,8</b>	<b>36.404,0</b>	<b>24.863,1</b>	<b>22.969,0</b>
V.1 - Resgate de Títulos - Mercado	10.496,8	15.552,5	27.753,8	19.898,9	16.941,4	13.805,3	13.452,7	27.235,5	21.073,2	25.084,6	34.375,3	24.353,9	22.328,4
V.2 - Amortização da Dívida Contratual	538,9	2.852,6	269,5	598,8	1.012,8	481,1	1.743,9	2.564,7	304,2	729,3	2.028,7	472,6	640,6
V.2.1 - Dívida Interna	237,2	299,4	207,6	271,9	171,7	189,2	1.567,2	114,6	221,3	414,6	495,1	200,6	478,9
V.2.2 - Dívida Externa	301,7	2.553,2	61,9	326,9	841,0	291,9	176,7	2.450,1	82,9	314,7	1.533,6	272,1	161,7
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	-	-	-	-	-	68,8	231,1	229,1	8,5	0,0	-	36,6	-
<b>VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)</b>	<b>17.905,4</b>	<b>14.595,9</b>	<b>(6.047,7)</b>	<b>3.434,1</b>	<b>4.872,4</b>	<b>12.280,3</b>	<b>2.349,1</b>	<b>(9.468,0)</b>	<b>2.816,8</b>	<b>4.385,3</b>	<b>7.195,7</b>	<b>1.224,8</b>	<b>(6.240,8)</b>
<b>VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN</b>	<b>63,8</b>	<b>1.187,6</b>	<b>76,9</b>	<b>(141,2)</b>	<b>483,7</b>	<b>(2.179,6)</b>	<b>1.769,5</b>	<b>(37.372,5)</b>	<b>(3.638,2)</b>	<b>(12.850,4)</b>	<b>1.014,1</b>	<b>(3.564,2)</b>	<b>11.821,8</b>
<b>VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)</b>	<b>15.703,8</b>	<b>10.888,8</b>	<b>(6.010,4)</b>	<b>7.894,3</b>	<b>8.012,1</b>	<b>9.191,8</b>	<b>8.706,2</b>	<b>(46.420,8)</b>	<b>1.111,3</b>	<b>(6.565,0)</b>	<b>12.038,5</b>	<b>(892,6)</b>	<b>5.250,3</b>

(\*) Dados retificados



**TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL**

R\$ milhões

	<b>Mai/1999</b>	<b>Jun</b>	<b>Jul</b>	<b>Ago</b>	<b>Set</b>	<b>Out</b>	<b>Nov</b>	<b>Dez</b>	<b>Jan</b>	<b>Fev</b>	<b>Mar</b>	<b>Abr</b>	<b>Mai/2000</b>
<b>I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN</b>	<b>11.431,7</b>	<b>3.481,5</b>	<b>1.782,7</b>	<b>1.529,2</b>	<b>1.410,1</b>	<b>1.557,4</b>	<b>2.414,5</b>	<b>3.460,2</b>	<b>1.162,4</b>	<b>2.683,7</b>	<b>4.206,2</b>	<b>6.551,8</b>	<b>25.117,0</b>
I.1. Emissão de Títulos	9.791,0	1.909,5	-	39,5	5,8	4,1	881,6	1.781,6	-	1.683,1	3.329,3	5.498,2	24.383,0
I.2. Remuneração das Disponibilidades	1.621,0	1.555,0	1.745,6	1.456,8	1.386,9	1.529,8	1.456,3	1.614,4	1.108,6	947,8	843,4	1.018,7	661,0
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	19,7	17,0	37,1	33,0	17,4	23,5	76,5	64,3	53,7	52,7	33,4	34,9	72,9
<b>II. DESPESAS NO BACEN</b>	<b>11.368,0</b>	<b>2.293,9</b>	<b>1.705,8</b>	<b>1.670,4</b>	<b>926,3</b>	<b>3.737,0</b>	<b>645,0</b>	<b>40.832,7</b>	<b>(4.800,6)</b>	<b>(15.534,1)</b>	<b>(3.192,0)</b>	<b>(10.116,0)</b>	<b>(13.295,2)</b>
II.1. Resgate de Títulos	9.771,5	1.855,5	1.458,1	1.476,2	706,4	3.409,1	511,6	37.618,4	(4.740,5)	(14.880,6)	(2.960,5)	(9.488,0)	(12.896,5)
II.2. Encargos da DPMF	1.596,5	438,4	247,8	194,1	220,0	327,9	133,4	3.214,3	(60,1)	(653,5)	(231,6)	(628,0)	(398,7)
<b>III. RESULTADO (I - II)</b>	<b>63,8</b>	<b>1.187,6</b>	<b>76,9</b>	<b>(141,2)</b>	<b>483,7</b>	<b>(2.179,6)</b>	<b>1.769,5</b>	<b>(37.372,5)</b>	<b>5.962,9</b>	<b>18.217,8</b>	<b>7.398,2</b>	<b>16.667,8</b>	<b>38.412,1</b>



TABELA A4 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO

R\$ milhões

	Mai/1999	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/2000
<b>I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO</b>	17,8	13,6	11,4	10,1	7,4	8,2	8,5	10,1	13,7	12,0	11,0	11,6	9,9
<b>II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL</b>	-	-	-	3,8	-	-	-	8,5	-	6,4	-	-	-
<b>III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS</b>	24,5	6,7	12,7	22,4	70,5	160,7	18,3	3,9	(12,2)	(40,5)	3,5	12,6	39,4
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	1,2	1,0	0,7	0,5	0,6	0,6	0,5	0,5	0,5	0,4	0,2	0,2	0,2
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	22,1	8,6	12,0	21,0	65,9	147,0	7,0	(32,7)	(14,9)	(40,9)	4,4	12,3	39,2
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	1,2	(2,9)	0,0	1,0	4,0	13,0	10,8	36,1	2,2	-	(1,2)	-	-
<b>IV. EQUALIZAÇÃO PRONAF</b>	18,4	20,0	22,9	59,2	17,8	1,5	25,2	24,0	19,9	54,2	17,9	19,5	19,0
<b>V. EQUALIZAÇÃO PROEX</b>	77,2	4,9	111,9	33,8	6,0	121,7	95,1	44,6	1,3	16,2	151,0	47,6	50,1
<b>VI. TOTAL</b>	138,0	45,2	158,9	129,4	101,6	292,1	147,1	91,2	22,8	48,3	183,3	91,4	118,4

**TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO MERCADO (\*)**

R\$ milhões

	Mai/1999	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/2000
<b>I. DÍVIDA INTERNA</b>	<b>61.741,6</b>	<b>71.812,3</b>	<b>67.703,6</b>	<b>78.668,1</b>	<b>82.899,5</b>	<b>93.778,2</b>	<b>94.045,8</b>	<b>87.401,4</b>	<b>96.149,5</b>	<b>92.274,4</b>	<b>99.616,1</b>	<b>104.034,7</b>	<b>98.240,0</b>
Dívida Mobiliária em Mercado- DPMF	275.977,8	284.027,0	286.734,0	295.508,1	305.678,0	322.076,8	326.430,1	346.778,7	354.562,3	359.688,8	367.119,8	373.303,2	385.053,5
Dívida Bancária	38.619,3	38.738,1	38.705,1	38.981,2	39.083,1	39.209,8	39.389,1	39.502,6	39.613,1	39.748,2	39.745,7	39.768,7	39.851,4
Dívida Securitizada (Exceto CVS)	18.596,1	19.562,3	19.701,2	20.687,4	20.852,8	20.099,4	20.380,1	21.895,6	25.059,2	25.196,9	24.372,5	23.538,1	23.391,7
CVS	7.741,6	7.832,6	7.894,7	7.955,9	8.017,7	7.695,1	7.745,8	7.747,4	7.792,3	7.930,7	7.746,6	8.075,1	8.213,4
Títulos da Dívida Agrária -TDA	3.181,1	3.190,5	3.183,6	3.174,0	3.150,8	3.229,8	3.261,0	3.154,0	3.118,2	3.106,3	3.101,4	3.065,4	3.096,0
Certificados de Privatização	39,6	39,8	39,9	41,9	40,2	40,3	40,4	40,5	40,6	40,7	40,8	40,9	40,9
INSS	-8.946,3	-9.095,9	-9.246,8	-9.391,8	-9.531,5	-9.664,2	-9.908,7	-10.030,6	-9.575,4	-9.673,2	-9.691,5	-9.709,0	-9.721,6
Lei 7.976/89	-11.231,1	-11.131,1	-11.245,2	-11.889,3	-11.788,6	-12.004,4	-11.712,4	-10.942,2	-10.618,2	-10.198,9	-10.076,0	-10.239,9	-10.334,9
Bônus Renegociação	-17.901,6	-18.368,0	-18.106,5	-19.429,5	-19.603,0	-19.549,1	-19.298,6	-16.210,9	-16.014,9	-15.929,1	-15.491,5	-15.564,2	-16.009,3
Lei 8.727/93	-42.242,8	-42.376,6	-42.367,3	-42.678,1	-42.815,2	-42.977,0	-43.193,4	-43.351,1	-43.499,4	-43.664,5	-43.675,6	-43.714,7	-43.814,1
Lei 9.496/97	-95.886,5	-96.214,9	-97.061,5	-98.813,7	-100.676,2	-102.004,8	-103.692,3	-121.833,3	-122.418,0	-124.706,4	-125.487,0	-125.883,4	-127.930,2
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-	-	-2.673,2	-2.698,2	-2.737,7	-2.781,6	-2.865,8	-3.851,8	-4.233,0	-4.796,7	-4.805,7	-4.822,0	-16.115,8
Recebíveis dos Estados	-3.391,9	-3.396,8	-3.569,8	-3.644,2	-3.715,0	-3.788,0	-3.878,4	-6.070,5	-6.175,1	-6.268,5	-6.310,9	-6.353,1	-6.392,3
Recebíveis das Estatais	-24.795,9	-20.982,5	-21.135,1	-17.562,7	-19.104,1	-19.375,2	-20.503,3	-21.072,1	-21.283,9	-27.365,8	-26.259,0	-26.620,3	-25.414,6
Outros	-9.424,0	-9.574,2	-9.811,4	-9.651,8	-9.673,6	-9.661,3	-9.670,7	-20.828,4	-21.025,3	-21.243,7	-21.227,2	-20.802,4	-24.041,8
Fat	-41.056,6	-41.638,5	-43.342,1	-43.676,2	-43.721,8	-45.003,0	-45.520,8	-45.486,7	-46.928,6	-47.449,7	-47.219,6	-47.039,5	-49.000,8
Demais Entidades	-16.211,0	-16.797,8	-16.910,7	-17.120,2	-18.948,7	-19.305,7	-19.356,1	-19.657,9	-19.985,6	-19.927,7	-19.899,8	-19.985,4	-20.639,2
Créditos das Operações Oficiais	-9.334,3	-9.424,8	-9.295,4	-9.229,8	-9.400,6	-10.230,0	-10.728,2	-10.556,0	-9.172,9	-9.058,1	-9.021,8	-9.180,7	-9.060,5
Arrecadação a Recolher	-1.992,0	-2.577,0	-3.790,0	-1.895,0	-2.207,0	-2.229,0	-2.872,0	-1.826,0	-3.106,0	-3.155,0	-3.345,0	-3.842,1	-2.931,8
<b>II. DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>109.979,1</b>	<b>110.674,1</b>	<b>114.294,4</b>	<b>122.112,4</b>	<b>123.747,2</b>	<b>123.427,2</b>	<b>125.589,7</b>	<b>116.840,1</b>	<b>117.560,3</b>	<b>115.886,8</b>	<b>116.795,8</b>	<b>125.509,1</b>	<b>126.650,4</b>
Dívida Mobiliária	84.840,9	85.301,5	87.964,3	94.067,4	95.451,5	95.121,5	95.855,8	89.184,6	89.551,4	89.075,7	89.622,9	96.042,8	97.256,8
Títulos Depositados em Garantias	-5.572,0	-5.684,5	-5.564,7	-5.904,4	-5.979,2	-6.044,1	-5.914,8	-4.495,7	-4.535,8	-4.694,6	-4.837,1	-4.515,6	-4.506,1
Dívida Contratual	31.175,1	31.564,3	32.413,8	34.450,9	34.763,4	34.850,0	36.153,3	32.903,6	33.277,2	32.227,1	32.751,3	34.724,2	34.658,1
Disponibilidades	-464,9	-507,2	-518,8	-501,4	-488,4	-500,2	-504,7	-752,3	-732,5	-721,4	-741,3	-742,3	-758,5
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)</b>	<b>171.720,7</b>	<b>182.486,4</b>	<b>181.998,1</b>	<b>200.780,5</b>	<b>206.646,7</b>	<b>217.205,4</b>	<b>219.635,5</b>	<b>204.241,5</b>	<b>213.709,8</b>	<b>208.161,2</b>	<b>216.411,9</b>	<b>229.543,7</b>	<b>224.890,4</b>
<b>DÍVIDA LÍQUIDA/PIB</b>	<b>18,6%</b>	<b>19,6%</b>	<b>19,4%</b>	<b>21,1%</b>	<b>21,5%</b>	<b>22,3%</b>	<b>22,1%</b>	<b>20,2%</b>	<b>20,8%</b>	<b>19,9%</b>	<b>20,5%</b>	<b>21,4%</b>	<b>20,7%</b>

(\*) Dados revistos, sujeitos a alteração.

**TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL**

R\$ milhões

	Mai/1999	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/2000
<b>I. DÍVIDA MOBILIÁRIA</b>	<b>84.840,9</b>	<b>85.301,5</b>	<b>87.964,3</b>	<b>94.067,4</b>	<b>95.451,5</b>	<b>95.121,5</b>	<b>95.855,8</b>	<b>89.184,6</b>	<b>89.551,4</b>	<b>89.075,7</b>	<b>89.622,9</b>	<b>96.042,8</b>	<b>97.256,8</b>
<b>I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO</b>	<b>65.005,9</b>	<b>65.257,7</b>	<b>65.984,3</b>	<b>70.597,9</b>	<b>70.776,0</b>	<b>66.228,2</b>	<b>65.200,7</b>	<b>60.665,6</b>	<b>59.371,9</b>	<b>58.255,1</b>	<b>56.380,1</b>	<b>61.040,0</b>	<b>61.681,6</b>
Brazil Investment Bond (BIB)	1.500,1	1.539,7	1.556,9	1.667,1	1.615,0	1.640,8	1.615,3	1.503,0	1.505,9	1.477,5	1.407,7	1.455,5	1.455,1
Interest Due and Unpaid (IDU)	5.699,7	4.386,3	4.435,1	4.749,2	4.765,0	4.841,1	4.766,0	4.434,6	2.978,6	2.922,5	2.887,5	2.985,7	3.018,5
Par Bond (PB)	7.208,6	7.398,8	7.481,2	7.986,5	8.013,2	7.556,8	7.439,6	6.922,2	6.974,1	6.842,9	6.365,8	6.544,4	6.602,2
Discount Bond (DB)	9.325,2	9.571,3	9.677,9	10.363,2	10.397,9	7.708,9	7.589,3	7.061,5	7.114,4	6.980,6	6.556,2	6.779,1	6.853,7
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	2.995,8	3.074,9	3.109,1	3.329,3	3.340,4	3.393,7	3.341,1	3.108,2	3.132,0	3.073,1	2.887,8	2.985,9	3.018,8
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	12.597,5	12.929,9	13.073,9	13.999,7	14.046,5	12.994,9	12.793,3	11.903,1	11.741,2	11.520,4	11.625,6	14.801,9	14.964,9
Debt Conversion Bond (DCB)	14.636,6	15.022,9	15.190,2	16.231,3	16.285,6	15.668,4	15.425,3	14.352,7	14.460,2	14.188,2	13.960,5	14.435,1	14.594,1
New Money Bond (NMB)	3.860,1	3.962,0	4.006,1	4.289,8	4.304,1	4.372,9	4.305,0	4.005,7	4.035,7	3.959,8	3.912,3	4.045,3	4.089,9
Eligible Interest (EI)	7.182,2	7.371,8	7.453,9	7.981,7	8.008,4	8.050,6	7.925,7	7.374,6	7.429,8	7.290,1	6.776,7	7.007,1	7.084,2
<b>I.2. BÔNUS CAPTAÇÃO</b>	<b>19.835,0</b>	<b>20.043,8</b>	<b>21.980,0</b>	<b>23.469,5</b>	<b>24.675,5</b>	<b>28.893,3</b>	<b>30.655,1</b>	<b>28.519,0</b>	<b>30.179,6</b>	<b>30.820,7</b>	<b>33.242,8</b>	<b>35.002,8</b>	<b>35.575,3</b>
Samurai Bond	425,0	437,6	467,7	523,4	541,0	561,8	565,5	522,7	502,4	480,5	509,8	500,3	507,7
Eurosterling Bond	276,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Global Bond	1.293,0	1.327,1	1.341,9	1.436,9	1.441,7	1.464,8	1.442,0	1.341,8	1.351,8	1.326,4	1.310,5	1.355,0	1.370,0
Deutch Mark Bond 2007 (DM Bond 2007)	918,5	937,0	979,3	1.034,5	1.049,8	1.053,0	991,5	922,0	894,1	872,0	868,6	898,1	908,0
Parallel Franco	273,9	279,4	292,0	308,5	313,0	314,0	295,6	274,9	266,6	260,0	254,6	251,1	261,0
Parallel Florim	326,1	332,6	347,6	367,3	372,7	373,8	352,0	327,3	317,4	309,6	303,1	299,0	310,8
Parallel Xelim	261,1	266,4	278,4	294,1	298,4	299,4	281,9	262,1	254,2	247,9	246,5	254,9	257,7
Global Bond 2027	6.034,0	6.193,3	6.262,2	6.705,7	6.728,1	6.835,5	6.729,5	6.261,5	6.308,4	6.189,8	6.115,6	6.323,5	6.393,1
Eurolira Bond	695,8	709,9	741,9	783,7	795,3	797,8	751,1	698,5	677,4	660,5	658,0	680,4	687,9
Eurosterling Bond 2007	415,1	419,3	435,8	461,5	475,7	482,7	461,8	434,0	437,3	419,3	418,1	421,3	412,0
Euro Bond 2003	899,9	918,1	959,5	1.013,6	1.028,6	1.031,8	971,5	903,4	876,1	854,5	836,8	825,4	857,8
Global 2008	688,9	702,8	734,4	775,9	787,3	789,8	743,6	691,5	670,6	654,0	651,4	673,6	681,0
DM 2008	2.155,0	2.211,9	2.236,5	2.394,9	2.402,9	2.441,3	2.403,4	2.236,3	2.253,0	2.210,6	2.184,1	2.258,4	2.283,3
Global 2004	5.172,0	5.308,5	5.367,6	5.747,7	5.766,9	5.859,0	5.768,1	5.367,0	5.407,2	5.305,5	5.241,9	5.420,1	5.479,8
Euro Bond 2002	-	-	1.535,2	1.621,8	1.645,7	1.650,9	1.554,5	1.445,5	1.401,8	1.367,1	1.338,8	1.320,7	1.372,5
Euro Bond 2004	-	-	-	-	1.028,6	1.031,8	971,5	903,4	876,1	854,4	836,8	825,4	857,8
Global Bond 2009	-	-	-	-	-	3.906,0	3.845,4	3.578,0	3.604,8	3.537,0	3.494,6	3.613,4	3.653,2
Euro Bond 2006	-	-	-	-	-	-	1.360,2	1.264,8	1.226,6	1.196,2	1.171,5	1.155,6	1.201,0
Euro Bond 2001	-	-	-	-	-	-	1.165,9	1.084,1	1.051,4	1.025,3	1.004,1	990,5	1.029,4
Global 2020	-	-	-	-	-	-	-	-	1.802,4	1.768,5	1.747,3	1.806,7	1.826,6
Euro Bond 2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.281,7	1.255,1	1.238,2	1.286,8
Global 2030	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.795,7	2.890,7	2.922,6
Samurai 2003	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.000,5	1.015,5
<b>II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA</b>	<b>(5.572,0)</b>	<b>(5.684,5)</b>	<b>(5.564,7)</b>	<b>(5.904,4)</b>	<b>(5.979,2)</b>	<b>(6.044,1)</b>	<b>(5.914,8)</b>	<b>(4.495,7)</b>	<b>(4.535,8)</b>	<b>(4.694,6)</b>	<b>(4.837,1)</b>	<b>(4.515,6)</b>	<b>(4.506,1)</b>
<b>III. DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>31.175,1</b>	<b>31.564,3</b>	<b>32.413,8</b>	<b>34.450,9</b>	<b>34.763,4</b>	<b>34.850,0</b>	<b>36.153,3</b>	<b>32.903,6</b>	<b>33.277,2</b>	<b>32.227,1</b>	<b>32.751,3</b>	<b>34.724,2</b>	<b>34.658,1</b>
<b>IV. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES</b>	<b>(464,9)</b>	<b>(507,2)</b>	<b>(518,8)</b>	<b>(501,4)</b>	<b>(488,4)</b>	<b>(500,2)</b>	<b>(504,7)</b>	<b>(752,3)</b>	<b>(732,5)</b>	<b>(721,4)</b>	<b>(741,3)</b>	<b>(742,3)</b>	<b>(758,5)</b>
<b>V. TOTAL (I+II+III+IV)</b>	<b>109.979,1</b>	<b>110.674,1</b>	<b>114.294,4</b>	<b>122.112,4</b>	<b>123.747,2</b>	<b>123.427,2</b>	<b>125.589,7</b>	<b>116.840,1</b>	<b>117.560,3</b>	<b>115.886,8</b>	<b>116.795,8</b>	<b>125.509,1</b>	<b>126.650,4</b>
<b>DÍVIDA EXTERNA TOTAL/PIB</b>	<b>11,9%</b>	<b>11,9%</b>	<b>12,2%</b>	<b>12,9%</b>	<b>12,9%</b>	<b>12,7%</b>	<b>12,6%</b>	<b>11,5%</b>	<b>11,4%</b>	<b>11,1%</b>	<b>11,0%</b>	<b>11,7%</b>	<b>11,6%</b>

Obs: Dados sujeitos a alteração.

**TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL**

R\$ milhões

	Mai/1999	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/2000
<b>DÍVIDA MOBILIÁRIA TOTAL</b>	<b>408.948,2</b>	<b>419.447,3</b>	<b>422.700,4</b>	<b>432.061,7</b>	<b>443.868,2</b>	<b>458.463,4</b>	<b>465.702,3</b>	<b>452.408,4</b>	<b>456.893,7</b>	<b>462.382,3</b>	<b>474.563,8</b>	<b>477.764,8</b>	<b>480.548,7</b>
<b>I. Dívida com Mercado</b>	<b>275.977,8</b>	<b>284.027,0</b>	<b>286.734,0</b>	<b>295.508,1</b>	<b>305.678,0</b>	<b>322.076,8</b>	<b>326.430,1</b>	<b>346.778,7</b>	<b>354.562,3</b>	<b>359.688,8</b>	<b>367.119,8</b>	<b>373.303,2</b>	<b>385.053,5</b>
LTN	16.219,9	25.806,0	26.984,0	33.976,2	37.047,6	47.659,4	46.773,1	39.716,6	42.790,2	47.244,2	56.743,3	64.721,0	61.290,2
LFT	124.817,4	130.505,7	130.254,4	128.530,5	134.563,9	143.847,0	149.693,7	151.128,1	161.715,9	175.934,2	189.781,6	186.330,2	194.760,1
LFT-A	4.156,5	4.340,7	4.388,3	4.801,2	4.209,9	4.244,1	3.885,7	17.485,9	17.641,6	17.775,1	17.934,2	18.065,9	18.295,2
LFT-B	19.694,2	18.328,8	20.143,5	20.216,1	20.344,8	20.137,9	20.146,7	27.213,9	27.314,0	27.658,7	26.030,5	25.842,0	36.981,7
LFT-E	984,4	1.000,8	1.017,4	1.078,8	1.083,8	1.098,8	1.114,0	1.272,1	1.290,6	1.309,4	1.328,3	1.345,5	1.365,6
NTN-A	7.112,6	7.298,2	7.414,1	7.976,8	8.040,2	7.981,1	7.893,4	7.379,4	7.478,0	7.370,0	7.315,2	7.390,7	7.525,4
NTN-C	-	-	-	-	-	-	-	830,6	850,5	1.720,4	2.603,2	4.301,3	4.406,6
NTN-D	29.967,6	28.921,9	27.726,1	29.158,1	29.362,1	30.143,9	29.775,8	27.346,1	27.706,4	27.027,4	25.790,4	25.398,6	24.966,6
NTN-I	1.301,8	1.298,6	1.383,1	1.470,5	1.439,9	1.540,7	1.552,9	1.292,8	1.264,3	1.230,0	1.246,5	1.362,8	1.288,9
NTN-P	11.164,6	9.852,4	9.933,5	10.048,9	10.128,1	10.202,0	10.270,2	10.351,0	10.425,6	10.501,7	10.576,6	10.643,4	10.720,8
NTN-S	49.275,3	50.099,1	50.930,2	51.729,0	52.498,3	48.556,7	48.623,6	48.160,2	41.407,2	28.694,4	14.610,9	14.821,1	8.847,4
CFT-D	4.413,0	2.097,6	2.131,4	2.293,7	2.312,3	2.293,1	2.268,3	2.276,1	2.304,5	730,0	760,5	768,6	2.088,1
Demais	6.870,3	4.477,1	4.428,1	4.228,4	4.647,2	4.372,0	4.432,6	12.326,0	12.373,6	12.493,2	12.398,7	12.312,0	12.516,6
<b>II. Dívida com BACEN</b>	<b>69.290,4</b>	<b>71.275,3</b>	<b>70.915,2</b>	<b>70.872,9</b>	<b>71.928,9</b>	<b>69.611,4</b>	<b>71.979,7</b>	<b>53.875,5</b>	<b>50.149,3</b>	<b>57.082,9</b>	<b>61.460,0</b>	<b>57.956,0</b>	<b>95.495,3</b>
LTN	228,4	232,3	236,5	240,7	100,0	-	1.268,4	9.565,2	5.661,8	5.448,1	4.514,2	3.075,3	27.859,9
LFT	33.241,6	34.570,3	34.033,8	33.494,1	33.993,5	31.676,7	32.117,2	35.262,1	35.353,5	35.438,3	41.035,9	38.698,2	9.601,5
LFT-A	33.726,5	34.318,6	34.464,6	34.805,4	35.755,0	36.041,1	36.721,7	7.303,4	7.366,2	14.455,1	14.573,2	14.449,3	56.269,8
NTN-A	1.855,0	1.913,2	1.934,5	2.081,9	1.824,8	1.889,9	1.868,6	1.740,9	1.763,9	1.737,4	1.332,7	1.729,3	1.760,1
Demais	238,9	240,9	245,8	250,8	255,6	3,8	3,8	3,9	3,9	3,9	3,9	4,0	4,0
<b>III. Títulos em Tesouraria</b>	<b>63.680,0</b>	<b>64.145,0</b>	<b>65.051,2</b>	<b>65.680,6</b>	<b>66.261,3</b>	<b>66.775,2</b>	<b>67.292,4</b>	<b>51.754,2</b>	<b>52.182,1</b>	<b>45.610,6</b>	<b>45.984,0</b>	<b>46.505,6</b>	<b>-</b>
<b>Dívida Mercado/PIB</b>	<b>29,8%</b>	<b>30,5%</b>	<b>30,5%</b>	<b>31,1%</b>	<b>31,8%</b>	<b>33,0%</b>	<b>32,9%</b>	<b>34,3%</b>	<b>34,5%</b>	<b>34,4%</b>	<b>34,7%</b>	<b>34,8%</b>	<b>35,4%</b>

Obs: Dados sujeitos a alteração.



**TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES**

R\$ milhões

	Mai/1999	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/2000
<b>I. INTERNA</b>	<b>-57.267,5</b>	<b>-58.436,3</b>	<b>-60.252,8</b>	<b>-60.796,4</b>	<b>-62.670,6</b>	<b>-64.308,6</b>	<b>-64.877,0</b>	<b>-65.144,5</b>	<b>-66.914,1</b>	<b>-67.377,3</b>	<b>-67.119,3</b>	<b>-67.024,8</b>	<b>-69.640,0</b>
Dívida contratual	273,9	273,7	273,6	273,4	273,3	273,1	272,9	343,8	347,4	630,6	626,5	615,3	625,2
FAT	-41.056,6	-41.638,5	-43.342,1	-43.676,2	-43.721,8	-45.003,0	-45.520,8	-45.486,7	-46.928,6	-47.449,7	-47.219,6	-47.039,5	-49.000,8
Aplicações financeiras	-2.320,1	-2.420,4	-2.379,4	-2.333,2	-2.085,9	-2.113,3	-2.074,5	-1.808,6	-1.902,9	-1.996,7	-2.034,2	-2.271,0	-2.322,5
Fundos Regionais	-9.759,5	-9.912,9	-10.057,6	-10.235,9	-10.420,1	-10.572,8	-10.770,0	-10.982,1	-11.258,7	-11.476,5	-11.504,5	-11.490,3	-12.088,3
Demais	-4.405,3	-4.738,1	-4.747,3	-4.824,6	-6.716,1	-6.892,6	-6.784,6	-7.211,0	-7.171,3	-7.085,0	-6.987,6	-6.839,4	-6.853,6
<b>II. EXTERNA</b>	<b>-464,9</b>	<b>-507,2</b>	<b>-518,8</b>	<b>-501,4</b>	<b>-488,4</b>	<b>-500,2</b>	<b>-504,7</b>	<b>-752,3</b>	<b>-732,5</b>	<b>-721,4</b>	<b>-741,3</b>	<b>-742,3</b>	<b>-758,5</b>
Disponibilidades	-464,9	-507,2	-518,8	-501,4	-488,4	-500,2	-504,7	-752,3	-732,5	-721,4	-741,3	-742,3	-758,5
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)</b>	<b>-57.732,4</b>	<b>-58.943,5</b>	<b>-60.771,6</b>	<b>-61.297,9</b>	<b>-63.159,0</b>	<b>-64.808,8</b>	<b>-65.381,6</b>	<b>-65.896,8</b>	<b>-67.646,7</b>	<b>-68.098,7</b>	<b>-67.860,7</b>	<b>-67.767,1</b>	<b>-70.398,5</b>
<b>DÍVIDA LÍQUIDA/PIB</b>	<b>-6,2%</b>	<b>-6,3%</b>	<b>-6,5%</b>	<b>-6,5%</b>	<b>-6,6%</b>	<b>-6,6%</b>	<b>-6,6%</b>	<b>-6,5%</b>	<b>-6,6%</b>	<b>-6,5%</b>	<b>-6,4%</b>	<b>-6,3%</b>	<b>-6,5%</b>

(-) Haver (+) Obrigação

## MAIO/2000

### COMENTÁRIOS

Os repasses dos Fundos de Participação, em maio/2000, foram 4,4% menores do que os distribuídos no mês de abril/2000. O decréscimo foi consequência da menor arrecadação do IR (-3,7%) e do IPI (-6,5%) classificada no período de 21 de abril a 20 de maio, quando comparada à ocorrida no período de 21 de março a 20 de abril (períodos-base de cálculo dos fundos de participação).

Em relação ao mesmo mês de 1999, o FPM e o FPE apresentaram acréscimo nominal de 2,1% e 11,3%, respectivamente.

Os valores distribuídos nos meses de janeiro a maio/2000 foram, em termos nominais, 3,9% maiores para o FPM e 12,0% para o FPE, comparando-se com o montante transferido no mesmo período de 1999.

Em maio as transferências por conta do IPI apresentaram um decréscimo nominal de 6,5% em relação aos valores transferidos no mês de abril/2000. Relativamente a maio/99, observou-se um aumento nominal de 11,8%. Os valores repassados de janeiro a maio de 2000, em relação ao mesmo período de 1999, apresentaram um crescimento nominal de 5,5%.

### DISTRIBUIÇÃO DO FPM/FPE

ANO	FPM * (R\$ Milhões)			VARIACÃO NOMINAL(%)		
	MAI	ABR	JAN A MAI	MAI/00 ABR/00	MAI/00 MAI/99	JAN - MAI/00 JAN - MAI/99
1999	1.299,5	1.200,0	6.380,2	-	-	-
2000	1.327,1	1.387,5	6.631,1	- 4,4%	+ 2,1%	+ 3,9%

ANO	FPE * (R\$ Milhões)			VARIACÃO NOMINAL(%)		
	MAI	ABR	JAN A MAI	MAI/00 ABR/00	MAI/00 MAI/99	JAN - MAI/00 JAN - MAI/99
1999	1.138,9	1.054,6	5.610,4	-	-	-
2000	1.268,1	1.325,8	6.282,7	- 4,4%	+11,3%	+ 12,0%

(\*) Não excluídos 15% para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério-FUNDEF

### PREVISTO X REALIZADO

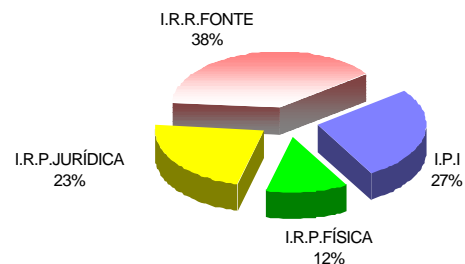
De acordo com a Portaria STN 511/99, de 20.12.99 (DOU de 22.12.99) os créditos no mês de **maio** foram efetuados nas seguintes datas: **10/05, 19/05 e 30/05**. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

Mês	FPE		FPM		IPI-EXP	
	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.
MAI	- 11,0 %	- 4,4 %	- 11,0 %	- 4,4 %	- 7,4 %	- 6,5 %

### COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS

Em maio os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:

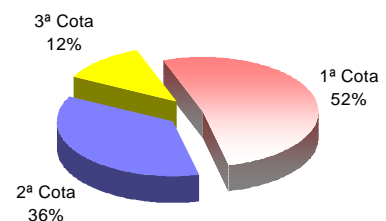
#### BASE DE CÁLCULO DO FPM/FPE/FNO/FNE/FCO



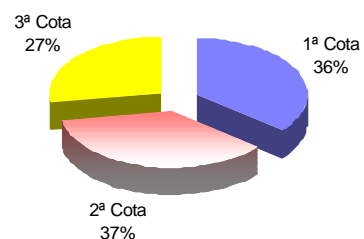
### DISTRIBUIÇÃO NOS DECÊNDIOS

Os percentuais de cada cota decencial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:

#### FPE/FPM/FNE/FNO/FCO



#### IPI-EXP





## DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do IPI e do IR no período de 21 de abril a 20 de maio conforme demonstrativo abaixo: **R\$ Milhões**

Período de Arrecadação	Arrecadação líquida (Competência) Realizada			Arrecadação de Receita Classificada	Base de Cálculo	Transferências Constitucionais			
	IPI	IR	IPI+IR			Valores Distribuídos			
						FPE (1)	FPM (1) (2)	IPI-EXP (1)	FUNDEF(3)
3º Dec./Abr.	490,4	2.568,5	3.058,9						
<b>MAI/2000</b>	1.365,5	3.953,6	5.319,1	<b>MAI/2000</b>	5.898,4	1.077,9	1.128,1	116,6	409,9
1º Dec./Mai.	505,7	1.624,5	2.130,2	3º Dec./Abr.	3.058,9	559,0	585,0	41,7	209,2
2º Dec./Mai.	376,2	333,1	709,4	1º Dec./Mai.	2.130,2	389,3	407,4	43,0	148,2
3º Dec./Mai.	483,6	1.995,9	2.479,5	2º Dec./Mai.	709,4	129,6	135,7	32,0	52,5

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Conforme decisão judicial, desde maio/99 o município de Recife (PE) não vem participando do FUNDEF, assim como os municípios paulistas de Diadema e Ribeirão Pires (desde o 3º decêndio de agosto/99), Santo André (a partir do 2º decêndio de setembro/99), Irapuru e Adamantina (a partir do 1º decêndio de dezembro/99) e Santo Anastácio (a partir do 1º decêndio de janeiro/2000), Lucianópolis e Ilha Solteira (a partir do segundo decêndio de abril/2000) e o município gaúcho de Campina das Missões (a partir do segundo decêndio de abril/2000). (3) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP. Na arrecadação estão incluídos todos os acréscimos legais (multas, juros e receita de dívida ativa).

### DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS (R\$ mil)

UF	FPM (1)	FPE (1)	IPIEXP (1)	FUNDEF UNIÃO (2)
AC	6.196,36	36.876,30	2,86	7.601,56
AL	26.777,26	44.843,35	97,32	13.371,59
AM	14.997,43	30.078,82	1.436,56	8.686,30
AP	4.042,20	36.779,29	30,65	7.293,78
BA	102.284,57	101.285,33	6.462,26	54.161,62
CE	57.387,28	79.087,33	1.111,78	27.282,00
DF	2.738,48	7.439,94	3,30	1.796,77
ES	20.328,41	16.169,09	5.232,05	9.671,92
GO	41.956,34	30.646,89	726,81	12.940,58
MA	45.551,40	77.807,81	1.693,69	34.024,90
MG	146.951,14	48.016,80	18.348,96	43.957,36
MS	17.162,09	14.358,15	451,38	8.139,25
MT	21.848,43	24.877,76	886,49	9.618,42
PA	40.934,38	65.883,65	5.997,71	29.335,49
PB	36.420,69	51.621,43	278,04	16.170,43
PE (3)	58.242,20	74.379,96	833,60	22.442,30
PI	27.947,67	46.582,07	138,61	15.821,44
PR	76.837,29	31.079,14	11.264,34	26.714,95
RJ	34.175,22	16.467,68	6.505,33	10.084,98
RN	27.938,11	45.035,22	209,99	12.914,70
RO	10.181,25	30.350,46	104,01	7.171,01
RR	5.370,70	26.740,44	5,06	5.667,56
RS	76.491,85	25.383,31	19.855,09	26.046,07
SC	44.041,47	13.795,47	11.527,11	13.916,52
SE	16.273,59	44.791,61	93,29	10.792,67
SP (4)	149.681,39	10.779,39	23.329,47	45.411,44
TO	17.167,96	46.782,56	21,58	11.289,19
<b>TOTAL</b>	<b>1.129.925,15</b>	<b>1.077.939,25</b>	<b>116.647,35</b>	<b>492.324,82</b>

(1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP/LC87/96 e Complementação da União. (3) O município de Recife não vem participando do FUNDEF, desde maio/99, conforme decisão judicial. (4) Pelo mesmo motivo, os municípios paulistas de Diadema e Ribeirão Pires, a partir do 3º decêndio de agosto, Santo André, a partir do 2º decêndio de setembro/99, Irapuru e Adamantina, a partir do 1º decêndio de dezembro/99 e Santo Anastácio, desde o 1º decêndio de janeiro/2000, e desde o 2º decêndio de abril/2000 Lucianópolis e Ilha Solteira (SP) e Campina das Missões (RS) também deixaram de participar do FUNDEF.

### ESTIMATIVA TRIMESTRAL

As previsões embutem margem de erro, face às possíveis variações no comportamento da arrecadação.

A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

Fundo	JUN/MAI	JUL/JUN	AGO/JUL
FPM	- 19,5%	- 11,0%	+ 11,0%
FPE	- 19,5%	- 11,0%	+ 11,0%
IPI-EXP	+ 15,5%	- 5,5%	- 1,0%

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a alterações.

### ESTIMATIVA ANUAL

A estimativa de variação nominal das Transferências Constitucionais abaixo relacionadas, em relação a 1999, é a seguinte:

Fundo	2000/1999
FPM	+ 6,0 %
FPE	+ 10,0 %
IPI-EXP	+ 10,0 %

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a alterações. Não inclui dedução para o FUNDEF (15%).

### DATAS DE PUBLICAÇÃO

Em observância ao que determina o Art. 6º da Lei Complementar 62, de 28/12/89, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Data	Mês	Data
Ago/1999	20/09/99	Jan a Dez/99	28/01/00
Set/1999	25/10/99	Jan/2000	29/02/00
Out/1999	29/11/99	Fev/2000	29/03/00
Nov/1999	23/12/99	Mar/2000	28/04/00
Dez/1999	28/01/00	Abr/2000	30/05/00

**Coordenação-Geral de Programação Financeira - COFIN**  
Gerência de Negociação e Programação das Liberações - **GENEP**

Fone: (061) 412.3122/3123/3124 Fax: (061) 412.3126

## COMPORTAMENTO NO MÊS

Os repasses para o FUNDEF no mês de maio apresentaram um crescimento de 12,8% quando comparados aos do mês anterior. Contribuiu para isso o crescimento nos repasses originários do ICMS (21,5%) e LC 87/96 (26,8%).

Origens	Abril	Partic.	Maio	Partic.	Mai/ Abr
<b>FPM</b>	206.248,4	15,2%	197.223,0	12,8%	-4,4%
<b>FPE</b>	198.878,9	14,6%	190.224,6	12,4%	-4,4%
<b>IPI-EXP</b>	22.010,2	1,6%	20.584,8	1,3%	-6,5%
<b>LC 87/96</b>	34.502,6	2,5%	43.764,1	2,8%	26,8%
<b>Compl. União</b>	40.528,3	3,0%	40.528,3	2,6%	0,0%
<b>ICMS</b>	859.075,7	63,1%	1.043.766,4	67,9%	21,5%
<b>Total</b>	<b>1.361.244,1</b>	<b>100%</b>	<b>1.536.091,3</b>	<b>100%</b>	<b>12,8%</b>

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

## DÚVIDAS SOBRE O FUNDEF

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEF e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibilizou vários canais de comunicação. As questões relativas ao Fundo podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio dos telefones (61) 321-9532; 321-7621, 410-8623, 410-8634, 410-8648 e 410-8663
- por meio do Fax (61) 410-9271
- por meio de E-mail: [fundef@sef.mec.gov.br](mailto:fundef@sef.mec.gov.br)
- por correspondência endereçada ao:  
Departamento de Acompanhamento do FUNDEF - SEF/MEC  
Esplanada dos Ministérios, Bloco L Edifício Anexo 4º andar  
CEP 70.047-900 – Brasília - DF

Coordenação-Geral de Programação Financeira - **COFIN**  
Fone: (61) 412.3121/3122/3123/3124 Fax: (61) 412.3126  
Email: [stndirev@fazenda.gov.br](mailto:stndirev@fazenda.gov.br)

## PREVISÃO PARA O BIMESTRE

As estimativas estão sujeitas a maior ou menor margem de erro, dependendo das variações na arrecadação das diversas receitas que compõem o FUNDEF.

A expectativa de variação global do FUNDEF, por UF, para o próximo bimestre é a seguinte:

UF	Jun/Mai	Jul/Jun	UF	Jun/Mai	Jul/Jun
AC	-19%	-9%	PB	-8%	-12%
AL	-7%	-14%	PR	-20%	-3%
AP	-18%	-9%	PE	-12%	-4%
AM	-9%	-1%	PI	12%	-26%
BA	23%	-27%	RJ	1%	-1%
CE	-12%	-15%	RN	-16%	-8%
DF	-19%	-12%	RS	-25%	2%
ES	-16%	14%	RO	-8%	-3%
GO	-11%	-1%	RR	-25%	-11%
MA	37%	-40%	SC	3%	-4%
MT	-24%	-3%	SP	-16%	1%
MS	-20%	-5%	SE	-21%	-7%
MG	-11%	-2%	TO	-16%	-8%
PA	18%	-32%			

## EXECUÇÃO DO FUNDEF ATÉ MAIO/2000

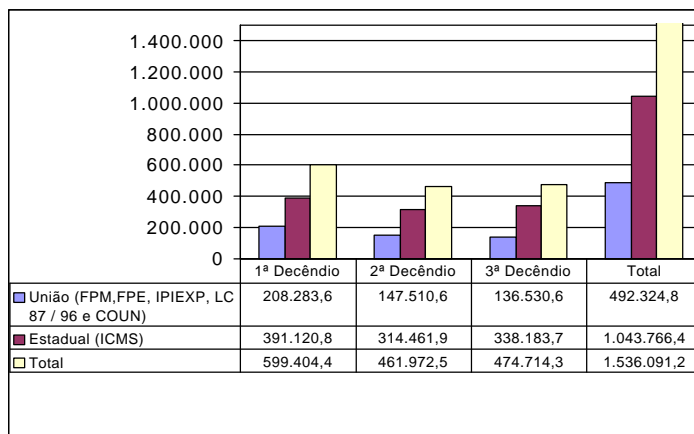
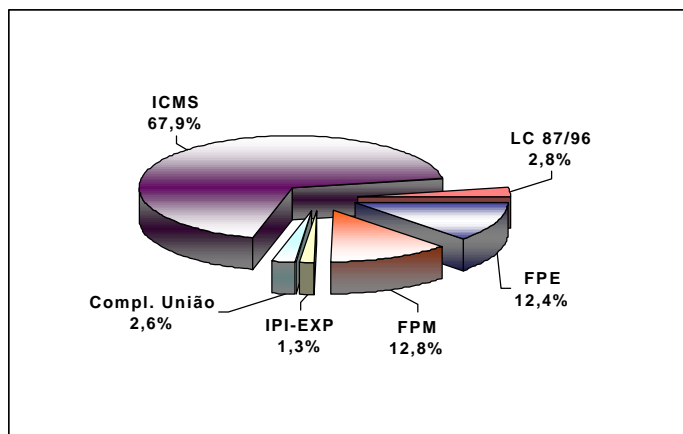
UF	Total Previsto (R\$mil)	Total Executado até Mai (R\$mil)	% Executado	Per capita Executado (R\$)
AC	97.767,3	44.086,6	45%	320,5
AL	223.629,9	97.994,5	44%	152,3
AP	92.100,5	41.215,2	45%	342,6
AM	287.878,4	120.335,8	42%	195,0
BA	1.210.025,3	487.367,1	40%	139,1
CE	581.584,9	242.540,9	42%	146,1
DF (1)	138.852,3	9.233,0	7%	26,9
ES	360.057,7	136.072,6	38%	249,3
GO	451.076,4	190.181,4	42%	179,9
MA	506.705,4	197.330,3	39%	127,5
MT	290.648,6	124.043,5	43%	218,6
MS	217.202,6	92.301,3	42%	219,4
MG	1.589.683,5	665.058,7	42%	185,9
PA	535.730,6	216.204,9	40%	139,1
PB	279.947,0	120.734,3	43%	147,9
PR	881.121,5	378.528,9	43%	235,0
PE	563.300,9	240.468,8	43%	150,4
PI	246.154,3	102.964,8	42%	142,9
RJ	1.342.048,0	534.333,7	40%	268,8
RN	250.375,1	110.469,1	44%	186,7
RS	1.107.315,1	471.608,0	43%	293,4
RO	144.439,1	61.268,1	42%	206,7
RR	74.057,7	34.200,2	46%	437,3
SC	541.330,9	225.651,5	42%	249,1
SP	4.826.597,2	1.970.347,0	41%	352,5
SE	188.544,8	83.809,3	44%	210,5
TO	160.736,6	71.151,6	44%	205,2
<b>TOTAL</b>	<b>17.188.911,6</b>	<b>7.069.501,2</b>	<b>41%</b>	<b>215,0</b>

(1) Não há informação de distribuição da parcela de ICMS no período de janeiro a abril de 2000.

## FUNDEF BRASIL POR ORIGEM

## FUNDEF BRASIL POR DECÊNIO

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEF TOTAL, por origem, e a sua distribuição nos decêndios.



## DISTRIBUIÇÃO DO FUNDEF POR ESTADO — MAIO/2000 (EM R\$)

Estados	Matrículas	Origens						FUNDEF Total (2)	Média (em reais) por aluno	
		FPE	FPM	IPI-EXP	Compl. União	LC 87/96	ICMS		No mês	Até o mês
AC	137.570	6.507,6	1.093,5	0,5	0,0	0,0	1.375,6	8.977,1	65,3	321,1
AL	643.567	7.913,5	4.725,4	17,2	715,5	0,0	6.305,4	19.677,0	30,6	152,4
AM	617.107	5.308,0	2.646,6	253,5	0,0	478,2	14.889,8	23.576,1	38,2	195,8
AP	120.297	6.490,5	713,3	5,4	0,0	84,6	1.016,8	8.310,6	69,1	341,4
BA	3.503.749	17.873,9	18.050,2	1.140,4	15.284,0	1.813,2	41.961,2	96.122,8	27,4	139,2
CE	1.660.368	13.956,6	10.127,2	196,2	3.002,1	0,0	27.824,2	55.106,2	33,2	145,6
DF(1)	343.445	1.312,9	483,3	0,6	0,0	0,0	0,0	1.796,8	5,2	26,0
ES	545.735	2.853,4	3.587,4	923,3	0,0	2.307,9	19.666,9	29.338,8	53,8	249,8
GO	1.056.956	5.408,3	7.404,0	128,3	0,0	0,0	27.156,1	40.096,7	37,9	179,9
MA	1.547.356	13.730,8	8.038,5	298,9	10.343,2	1.613,5	6.818,6	40.843,5	26,4	127,5
MG	3.577.550	8.473,6	25.932,5	3.238,1	0,0	6.313,2	93.915,5	137.872,9	38,5	185,3
MS	420.663	2.533,8	3.028,6	79,7	0,0	2.497,2	14.277,1	22.416,3	53,3	219,6
MT	567.411	4.390,2	3.855,6	156,4	0,0	1.216,2	19.155,4	28.773,8	50,7	219,3
PA	1.554.720	11.626,5	7.223,7	1.058,4	7.900,2	1.526,6	16.168,4	45.503,9	29,3	139,2
PB	816.403	9.109,7	6.427,2	49,1	584,5	0,0	8.179,2	24.349,6	29,8	148,0
PE	1.598.529	13.125,9	8.869,5	147,1	299,8	0,0	25.849,8	48.292,1	30,2	146,2
PI	720.541	8.220,4	4.931,9	24,5	2.399,0	245,7	4.475,5	20.296,9	28,2	143,0
PR	1.611.079	5.484,6	13.559,5	1.987,8	0,0	5.683,1	59.444,6	86.159,6	53,5	235,4
RJ	1.987.687	2.906,1	6.030,9	1.148,0	0,0	0,0	97.027,0	107.112,0	53,9	269,1
RN	591.812	7.947,4	4.930,2	37,1	0,0	0,0	9.336,4	22.251,1	37,6	186,8
RO	296.379	5.356,0	1.796,7	18,4	0,0	0,0	5.068,3	12.239,3	41,3	207,0
RR	78.211	4.718,9	947,8	0,9	0,0	0,0	1.591,1	7.258,7	92,8	438,7
RS	1.607.518	4.479,4	13.479,1	3.503,8	0,0	4.583,7	87.623,9	113.670,0	70,7	293,5
SC	905.771	2.434,5	7.772,0	2.034,2	0,0	1.675,8	29.051,4	42.967,9	47,4	249,4
SE	398.230	7.904,4	2.871,8	16,5	0,0	0,0	6.936,1	17.728,8	44,5	210,6
SP	5.589.263	1.902,2	25.667,0	4.117,0	0,0	13.725,2	415.697,6	461.109,0	82,5	351,1
TO	346.765	8.255,7	3.029,6	3,8	0,0	0,0	2.954,4	14.243,6	41,1	205,5
<b>Total</b>	<b>32.844.682</b>	<b>190.224,6</b>	<b>197.223,0</b>	<b>20.584,8</b>	<b>40.528,3</b>	<b>43.764,1</b>	<b>1.043.766,4</b>	<b>1.536.091,3</b>	<b>46,8</b>	<b>214,8</b>

Fonte: SIAFI - (1) Número de matrículas, conforme Portaria MEC nº 13, de 05.01.2000 (DOU de 10.01.2000), retificada pela Portaria MEC nº 127, de 15.02.2000 (DOU de 16.02.2000). (2) Não há informação de distribuição da parcela do ICMS neste mês. (3) Valores de Estados e Municípios.

Obs: Total do estado x coeficiente individual de participação divulgado pelo MEC = valor da cota de cada beneficiário.